

**Processo Administrativo nº 0019/2025
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 0019/2025/CIDES VRC
EDITAL - RETIFICADO**

Início do acolhimento das propostas eletrônicas		A partir de: 28/04/2026	
Início da sessão pública de disputa		Data: 13/05/2026 às 10:00 h - Brasília	
Objeto: Processo Licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico/Sistema de Registro de Preços em Lote na forma de licitação compartilhada para a futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA URBANA E RODOVIÁRIA, para atender as demandas dos municípios que compõe o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e conforme descritivo técnico em anexo, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.			
Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
SIM	FACULTATIVA	SIM	VALOR TOTAL POR LOTE
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		Anexo ao Edital	

Lic. Exclusiva ME/EPP?	Exige Amostra ou Prova de Conceito	Garantia Contratual?
NÃO	NÃO	NÃO
PRAZO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS REALINHADAS NO SISTEMA DE LICITAÇÕES LICITANET (https://licitanet.com.br/)		
Até 2 horas úteis após a convocação realizada pelo Pregoeiro(a)		
Pedidos de Esclarecimentos	Impugnações	
Em até 3 dias úteis antes da abertura das propostas, de acordo com o Art. 164. e Parágrafo único Lei 14.133/2021	Em até 3 dias úteis antes da abertura das propostas, de acordo com o Art. 164. e Parágrafo único Lei 14.133/2021	
Observações Gerais		
A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de R\$1.000,00		

SUMÁRIO:

1.	DO OBJETO.....	
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS	
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	
7.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	
9.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	
10.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	
11.	DOS RECURSOS	
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá, mediante a utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET e por intermédio da Pregoeiro(a) designada pela Portaria nº 007/2025, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 18/02/2025, com efeitos retroativos a 16/01/2025, revogando as disposições em contrário, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horários e local abaixo indicados, realizará Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO/SRP nº 019/2025**, do tipo **“MENOR PREÇO POR LOTE”**, com modo de disputa **“ABERTO”**, destinada à Contratação do objeto que trata este Edital, nos termos da Lei federal nº 14.133/21 Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e demais legislações complementares. Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá Endereço: Rua Professor João Félix, Número 1024, Quadra 5 Lote 60, Bairro Lixeira, CEP 78.008-435 – Cuiabá-MT.

Sites: <https://www.consorciovaledoriocuiaba.com.br> Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá -MT e LICITANET (<https://licitanet.com.br/>) site da licitação.
Meios para contato: Tel.: (65) 3359-2808

E-mail: licitacao@consorciovaledoriocuiaba.com.br / LICITANET (<https://licitanet.com.br/>)
Dias e horários: de Segunda a Sexta-feira, das 08:00 as 17:00 horas (Cuiabá-MT).

OBS: Os horários estabelecidos neste Edital observarão o horário de Brasília (DF), salvo ressalva expressa.

ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

O órgão gerenciador será o **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá-CIDES/VRC**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 07.950.742/0001-27, com sede na Rua Professor João Félix, Número 1024, quadra 5 Lote 60, Bairro 8 da Lixeira, CEP 78.008-435, na cidade de Cuiabá – MT, neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. Antenor de Figueiredo Neto, portador da Carteira de Identidade RG nº. 03379760 SJ-MT e do CPF nº. 283.930.901-72 e os demais Municípios integrantes do CIDES VRC:

MUNICÍPIOS	Nº CNPJ
Prefeitura Municipal de Acorizal	03.507.571/0001-05
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço	03.507.563/0001-69
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães	03.507.530/0001-19
Prefeitura Municipal de Cuiabá	03.533.064/0001-46
Prefeitura Municipal de Jangada	24.772.147/0001-68
Prefeitura Municipal de Nobres	03.424.272/0001-07
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento	03.507.514/0001-26
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia	15.023.963/0001-88
Prefeitura Municipal de Paranatinga	15.023.971/0001-24
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra	37.465.176/0001-29

Prefeitura Municipal de Poconé	03.162.872/0001-44
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste	03.180.924/0001-05
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger	03.507.555/0001-12
Prefeitura Municipal de Várzea Grande	03.507.548/0001-10

AVISO

Caros licitantes,

Recomendamos a leitura atenta e detalhada do Edital e seus anexos, especialmente em relação as inovações resultantes da Lei nº 14.133/2021 Lei de Licitações e Contratos Administrativos aos seguintes pontos do Edital:

Item 6. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

Item 7. Do preenchimento da proposta

Item 8. Da sessão de disputa de lances – modo de disputa

Item 10. Dos documentos para habilitação (os quais deverão ser anexos ao sistema concomitantemente à proposta de preços)

Inclusão de Documentação juntamente à proposta de preços, conforme **item 6** deste edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o Registro de Preços em Lote na forma de licitação compartilhada para a futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA URBANA E RODOVIÁRIA, para atender as demandas dos municípios que compõe o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e conforme descritivo técnico em anexo, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

A licitação será realizada em único lote.

Critério de Julgamento: MENOR VALOR POR LOTE.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA UTILIZAÇÃO DO TIPO PREGÃO ELETRÔNICO COM REGISTRO DE PREÇOS

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para a administração pública, a escolha da modalidade de licitação deve ser fundamentada em critérios técnicos e legais.

Para a contratação de projetos de engenharia por meio de ata de registro de preços via pregão eletrônico, fundamentamos e justificamos a decisão conforme segue:

- a. Os projetos de engenharia a serem contratados enquadram-se na definição de serviços comuns de engenharia. Tais serviços são objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, permitindo a adoção do pregão eletrônico, conforme regulamentado pela Lei nº 14.133/2021.
- b. Os projetos de engenharia são padronizados e desprovidos de complexidade técnica e operacional significativa. A padronização permite a clara definição das especificações técnicas no edital, assegurando que os critérios de desempenho e qualidade sejam objetivamente mensuráveis. Desta forma, a utilização do pregão eletrônico é justificada pela simplicidade e clareza das especificações técnicas, que dispensam a necessidade de uma avaliação técnica complexa.
- c. A necessidade de contratação de projetos de engenharia atende às demandas dos Municípios por projetos e serviços de arquitetura e engenharia. A utilização da ata de registro de preços via pregão eletrônico permite maior eficiência na gestão dos contratos e previsibilidade orçamentária, garantindo a continuidade das ações administrativas e a otimização dos recursos públicos.

A contratação de projetos de engenharia por meio de ata de registro de preços via pregão eletrônico está devidamente fundamentada nos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e publicidade, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021. A padronização dos serviços, a ausência de complexidade técnica e operacional, e a necessidade frequente dos serviços justificam plenamente a escolha desta modalidade licitatória, assegurando a melhor aplicação dos recursos públicos.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Licitanet – www.licitanet.com.br.

Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Licitanet – www.licitanet.com.br até data prevista para o fim do recebimento das propostas.

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Não poderão disputar esta licitação:

- aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

- autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- agente público do órgão ou entidade licitante;
- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

O disposto não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o

rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A vedação estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os licitantes encaminharão, **EXCLUSIVAMENTE** por meio do sistema eletrônico, os documentos de habilitação e a proposta com o preço e a taxa de administração, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

A falsidade da declaração de que trata os itens 0 ou 0 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- Valor da proposta;
- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

O licitante **NÃO PODERÁ** oferecer proposta em valor estimado inferior ao quantitativo total previsto para esta contratação.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os serviços necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

O lance deverá ser ofertado pelo valor percentual da taxa de administração.

Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

O intervalo mínimo entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,10%.

O licitante poderá solicitar ao Pregoeiro a exclusão de seu último lance ofertado em hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado na fase de lances que, no prazo de até 02 (duas) horas, envie a sua proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

A proposta adequada deverá vir acompanhada da planilha de composição unitária (ANEXO VI) devidamente preenchida em observância aos valores da proposta da licitante.

A ausência de apresentação da proposta adequada e da planilha de composição unitária acarretará a desclassificação da proposta da licitante.

É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual prazo, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

Em caso de empate entre as propostas dos licitantes após os lances, serão observados os procedimentos estabelecidos no Art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- SICAF;

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

- Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 0 deste edital.

Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

Será desclassificada a proposta vencedora que:

- conter vícios insanáveis;
- não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

No caso de serviços comuns, neste procedimento licitatório é indício de inexequibilidade as propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração Pública (Súmula 262 – TCU).

A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- que os custos da licitante ultrapassem o valor da proposta; e
- inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa licitante comprove a exequibilidade de sua proposta.

Para efeito de aferição da exequibilidade ou não da proposta apresentada pela licitante, serão considerados o valor da taxa de administração ofertado, o valor da taxa estimada pela Administração Pública, o valor da taxa cobrada da rede credenciada e os custos, ônus e despesas que a licitante terá para a execução do contrato decorrente deste procedimento licitatório.

Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante

classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

Conforme o Termo de Referência será realizada a apresentação de Prova de Conceito, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação da Prova de Conceito, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

Caso o licitante não realize a Prova de Conceito, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, a proposta do licitante será recusada.

Se a Prova de Conceito realizada pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a realização da(s) Prova(s) de Conceito e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia autenticada de forma digital.

Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema Licitanet – www.licitanet.com.br, em formato digital, juntamente com a proposta de preços, até a data prevista para a abertura da sessão.

A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

QUALIFICAÇÃO JURÍDICA: DOCUMENTOS EXIGIDOS:

Cópia autenticada do registro comercial, no caso de empresa individual;

Cópia autenticada do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis lucrativos, acompanhada de prova de diretoria em exercício, devidamente registrada no órgão competente;

Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade o exigir.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ); podendo ser retirada no site www.receita.fazenda.gov.br

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei, compreendendo os seguintes documentos:

Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União emitida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, devidamente válida;

Certidão de Regularidade junta à Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do licitante.

Certidão de Regularidade com Tributos Municipais da Sede do Licitante;

Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); podendo ser retirada no site www.caixa.gov.br ;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho; podendo ser retirada no site www.tst.jus.br/certidao ;

Certidão Negativa de Inidoneidade (Emitida no site: <https://contas.tcu.gov.br/>);

A prova de regularidade deverá ser feita por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

Considera-se positiva com efeitos de Negativa a Certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA: DOCUMENTOS EXIGIDOS:

Certidão Negativa de Falência e Concordata, Recuperação Judicial e Extra Judicial, do Cartório Distribuidor da Comarca sede da proponente, emitida a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura das Propostas deste Edital;

Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vetada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

OPERACIONAL:

TEMPO DE ATUAÇÃO: A empresa deverá comprovar que possui em seu objetivo social em seu registro empresarial atividade específica com o objeto da licitação.

COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA: O licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, apresentado em papel timbrado da emitente, que comprove(m) que a licitante forneceu ou que fornece, de maneira satisfatória, serviços compatíveis em características com o objeto desta licitação e/ou de serviços equivalentes, com no mínimo de **50% (cinquenta por cento)** dos valores totais a serem contratados através do somatório dos serviços executados;

São considerados serviços equivalentes:

- a) serviços de supervisão de obras de infraestrutura urbana e rodoviária;
- b) serviços de supervisão em implantação e restauração de obras de infraestrutura urbana e rodoviária;
- c) serviços de elaboração e revisão de projetos de obras de infraestrutura urbana e rodoviária;
- d) serviços de elaboração de projetos de construção de obras de artes especiais (pontes e viadutos);
- e) serviços de elaboração de projetos de drenagem urbana e rodoviária;

PROFISSIONAL:

A licitante deverá comprovar que possui no seu quadro de funcionários, ou de prestadores de serviços contratados ou em disponibilidade, os seguintes profissionais indispensáveis para a execução do objeto:

COORDENADOR:

COMPROVAÇÃO DA EXPERIENCIA: O licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, apresentado em papel timbrado da emitente, que comprove(m) que o(s) Profissional(ais) Responsável(eis) Técnico(s) da licitante forneceu(ram) ou que fornecem, de maneira satisfatória, serviços compatíveis em características com o objeto desta licitação e/ou de serviços equivalentes, com no mínimo de **50% (cinquenta por cento)** dos valores totais a serem contratados através do somatório dos serviços executados;

VINCULAÇÃO: O profissional designado para a função de COORDENADOR deve fazer parte da equipe técnica fixa da licitante, vinculado através de **CLT ou sócio / proprietário**;

ENGENHEIRO SÊNIOR

COMPROVAÇÃO DA EXPERIENCIA: O licitante deverá apresentar no mínimo **01 (um)** atestado de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, apresentado em papel timbrado da emitente, que comprove(m) que o(s) Profissional(ais) Responsável(eis) Técnico(s) da licitante forneceu(ram) ou que fornecem, de maneira satisfatória, serviços compatíveis em características com o objeto desta licitação e/ou de serviços equivalentes;

VINCULAÇÃO: O profissional designado para a função de ENGENHEIRO SÊNIOR poderá ser vinculado através de CLT, Contrato ou Contratação Futura;

ENGENHEIRO AUXILIAR

COMPROVAÇÃO DA EXPERIENCIA: O licitante deverá apresentar no mínimo **01 (um)** atestado de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, apresentado em papel timbrado da emitente, que comprove(m) que o(s) Profissional(ais) Responsável(eis) Técnico(s) da licitante forneceu(ram) ou que fornecem, de maneira satisfatória, serviços compatíveis em características com o objeto desta licitação e/ou de serviços equivalentes;

VINCULAÇÃO: O profissional designado para a função de ENGENHEIRO SÊNIOR poderá ser vinculado através de CLT, sócio / proprietário, contrato de prestação de serviço e declaração de compromisso futuro;

Para a comprovação de todos os Profissionais elencados acima deve ser apresentada a cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (podendo ser digital), a cópia autenticada de Contrato de Prestação de Serviços de Natureza Civil assinado e reconhecido firma dos celebrantes, ou a Declaração Individual de Disponibilidade na participação dos trabalhos inerentes a futura contratação, assinada e reconhecida firma dos declarantes.

DEMAIS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A licitante deverá apresentar em papel timbrado a “Declaração Conjunta”, declarando que:

- a) Inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação e que não foi declarada inidônea ou suspensa para contratar com o Poder Público, e que se compromete a comunicar fatos contrários que porventura vierem a ocorrer após o encerramento da licitação;
- b) Não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do artigo 68º inciso V, da Lei n. 14.133/21;
- c) Não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão;

As empresas que se enquadrarem na qualidade de ME/EPP deverão apresentar a CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL, emitida a menos de 90 (noventa) dias da data de abertura das propostas deste edital OU apresentar DECLARAÇÃO, nos termos do modelo que consta do ANEXO IV deste Edital, firmada pelo contador da empresa, ratificando não haver nenhum dos impedimentos previstos no art. 3º, §4º, da referida lei. A não entrega desta Certidão Simplificada ou da declaração indicará que a licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações;

Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e como endereço respectivo, salientado que:

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

Os documentos apresentados deverão estar em plena vigência;

Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas:

O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário;

Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos;

Se a documentação de habilitação não estiver completa ou estiver incorreta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, deverá o pregoeiro considerar a proponente inabilitada, salvo as situações que ensejarem a aplicação do disposto na Lei Complementar 123/2006 e suas alterações;

Poderá o Pregoeiro declarar erro material, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário, promover diligência para dirimir a dúvida;

Constatando através da diligência o não atendimento ao estabelecido, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Homologado o resultado da licitação, o licitante melhor classificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;

Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

As solicitações de adesão a ARP deverão ser encaminhadas ao Órgão Gerenciador, qual seja o Consórcio Intermunicipal de desenvolvimento econômico e Social Vale do Rio Cuiabá, aos cuidados da Coordenadoria de Licitações e Contratos, através do seguinte endereço eletrônico (e-mail): licitacao@consorciovaledoriocuiaba.com.br

DOS RECURSOS

A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 15 (quinze) minutos.
- o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação;

Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico Licitanet – www.licitanet.com.br.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame; Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- deixar de apresentar amostra;
- apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- fraudar a licitação
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar e
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração cometida.
- as peculiaridades do caso concreto
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- os danos que dela provierem para a Administração Pública
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados somente de forma eletrônica, pelo seguinte meio:

através do Portal Licitanet – www.licitanet.com.br em campo adequado;

As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos Licitanet – www.licitanet.com.br.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Modelo da Proposta

ANEXO IV – Modelo de Declaração Conjunta

ANEXO V – Minuta de Ata de Registro de Preços

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Cuiabá/MT, 27 de abril de 2026.

RAFAELA CARLOS ROSA
Pregoeira

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 0019/2025.

1. ÓRGÃOS REQUERENTES: Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social Vale do Rio Cuiabá e demais municípios integrantes

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO: Registro de Preços em Lote na forma de licitação compartilhada para a futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA URBANA E RODOVIÁRIA, para atender as demandas dos municípios que compõe o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e conforme descritivo técnico em anexo, nos termos da Lei nº 14.133/2021 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

2.1. Detalhamento do Objeto: Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns.

2.2. A infraestrutura rodoviária dos municípios consorciados necessita de melhorias e expansão para fomentar o desenvolvimento econômico e social da região. A elaboração de projetos de engenharia rodoviária de alta qualidade é fundamental para subsidiar futuras obras de implantação, pavimentação e restauração, garantindo a segurança e a eficiência do transporte.

2.3. A contratação de empresa especializada se justifica pela ausência de quadro técnico próprio do CIDES VRC com a expertise e capacidade operacional necessárias para a elaboração de projetos complexos e multidisciplinares, que exigem conhecimentos específicos em diversas áreas da engenharia rodoviária.

2.4. Benchmark de mercado: A estimativa de custos para serviços de consultoria em engenharia rodoviária no estado de Mato Grosso, com base em referências do SICRO e outras fontes de mercado para projetos de complexidade similar, varia entre R\$ 50.000,00 e R\$ 70.000,00 por quilômetro. O valor unitário adotado de R\$ 65.302,52/km está em conformidade com essa faixa de mercado, garantindo a qualidade e a exequibilidade dos projetos.

ITEM	CÓD. TCE- MT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD E	VALOR ESTIMADO KM	VALOR ESTIMADO ANUAL
01	40646 1-5	SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA URBANA E RODOVIÁRIA	KM	330	R\$ 65.302,52	R\$ 21.549.831,60

O valor estimado anual é de R\$ 21.549.831,60 (vnte e um milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, oitocentos e trinta e um reais e sessenta centavos).

2.5. Do Parcelamento do Objeto:

() Sim.

(x) **Não. Justificativa:** O não parcelamento além de buscar uma padronização dos serviços realizados. Assim para atendimento a esses e demais critérios estabelecidos neste estudo técnico, e nesta excepcionalidade, sendo o objeto a ser contratado considerado sistema único e integrado, justifica-se o não parcelamento da solução, nos termos do art. 40, §3º, II da Lei nº 14.133/2021.

2.6. Do Prazo Estimado para a Contratação: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato ou documento equivalente.

2.6.1. O prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.6.2. O prazo para a assinatura do contrato pelo licitante vencedor é de até 15 (quinze) dias após a sua convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, nos termos do Art. 90 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO: Conforme está demonstrado pelo Estudo Técnico Preliminar (ETP), a partir da necessidade de contratação de serviços de consultoria técnica na área de infraestrutura urbana e rodoviária, optou-se pela abertura deste procedimento licitatório para a seleção da melhor proposta de prestação de serviços demandados pelas secretarias municipais, a ser prestado por empresa especializada com profissionais técnicos e especializados na área de consultoria técnica na área de infraestrutura urbana e rodoviária.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO: O Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social Vale do Rio Cuiabá, com o objetivo de assegurar os adequados e eficientes procedimentos de consultoria técnica na área de infraestrutura urbana e rodoviária para elaboração de projetos básicos e de execução por profissionais e técnicos qualificados que serão responsáveis por garantir a qualidade dos projetos construtivos, para as obras sejam iniciadas, executadas e entregues à população com máxima qualidade, segurança, usabilidade e dentro dos prazos previstos nos projetos.

A contratação de empresa especializada na prestação de serviço de consultoria técnica na área de infraestrutura urbana e rodoviária, composta por profissionais qualificados e indispensável para o fim colimado, equipamentos, materiais e maquinários, permitirá que a Administração Municipal melhorar a qualidade das obras públicas, especialmente na área de infraestrutura urbana e rodoviária, resultando na conclusão de obras com melhor qualidade, eficiência, segurança, usabilidade e em observância aos prazos previstos nos projetos.

É sabido que a enorme dificuldade para a contratação desses profissionais qualificados no mercado de trabalho, o alto custo referente dessa mão-de-obra, a necessidade de aquisição de máquinas, materiais e equipamentos para viabilizar os serviços demandados, a sazonalidade e transitoriedade das execuções das obras públicas de infraestrutura urbana e rodoviária, torna mais adequada, viável e vantajosa para a Administração Pública a abertura deste procedimento licitatório para contratação de empresa especializada na prestação de serviços objeto da licitação.

Através deste procedimento licitatório, considerando a possibilidade de registro de preços e de contratação dos serviços apenas quando houver a necessidade por parte da administração pública de elaboração de projetos na área de infraestrutura urbana e rodoviária, torna-se capaz a redução dos custos para o erário municipal e a maximização dos resultados, com eficiência, segurança e qualidade, pois as secretarias municipais terão condições de solicitar a execução da prestação de serviços objeto da licitação nos momentos que for necessária a utilização desses profissionais qualificados e equipamentos.

Em suma, a empresa contratada por este procedimento licitatório será a responsável pela elaboração dos projetos das obras de infraestrutura urbana e rodoviária, conforme demandas e necessidades da(s) secretaria(s) municipal(ais) dos Municípios integrantes do **Consorcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social Vale do Rio Cuiabá**, assumindo a responsabilidade por analisar, conferir, corrigir e/ou elaborar e/ou readequar os projetos básicos e construtivos das obras de infraestrutura, entre outras atividades descritas neste termo de referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO: São requisitos obrigatórios desta contratação o atendimento dos seguintes critérios:

5.1. **Da Exigência de Garantia:** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5.2. **Da Subcontratação:** É vedada a subcontratação do objeto contratual, nos termos do art. 122, §2º da Lei nº 14.133/2021.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO: O objeto desta licitação será executado da seguinte maneira:

6.1. **Do Objeto:** O objeto deverá ser executado a partir da assinatura do instrumento contratual, através da ordem de serviços, devidamente empenhada, emitida pelo Departamento de Compras:

6.2. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

– CONSULTORIA TÉCNICA

P2.1 - LEVANTAMENTO / ESTUDOS / ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO - INFRA URBANA E RODOVIÁRIA / OAE

PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA

Os trabalhos deverão ser elaborados de acordo com as Instruções para Apresentação de Relatórios e Projetos de Engenharia para Construção de Rodovias Rurais, adotadas pelo DNIT.

Deverão ser observados, no que couber, os seguintes Manuais e demais normativos:

- Manual de Soluções Técnico-Gerenciais para Rodovias Federais – vol. 1, 2 e 3;
- Manual de Serviços de Consultoria para Estudos e Projetos Rodoviários;
- Manual de Projeto Geométrico de Rodovias Rurais – 1999;
- Manual de Pavimentação – DNER 1996;
- Manual de Reabilitação de Pavimentos Asfálticos – 1998;
- Manual de Sinalização Rodoviária -1999;
- Manual de Custos Rodoviários – SICRO (última versão);
- Manual de Gestão Ambiental de Estradas;

- Corpo Normativo Ambiental para Empreendimentos Rodoviários;
- Manual para Ordenamento do Uso do Solo nas Faixas de Domínio e Lindeiras das Rodovias Federais;
- Manual de Inspeção de Pontes Rodoviárias DNIT/2004, publicação IPR-709;
- Norma de Inspeções de Pontes – DNIT-010/2004-PRO;
- Manual de Projeto de Obras de Arte Especiais – DNER/1996;
- Norma DNIT 012/2004 – PRO (Requisitos para Qualidade em Projetos Rodoviários);
- Instruções de Proteção Ambiental das Faixas de Domínio e Lindeiras das Rodovias Federais;
- Diretrizes e Procedimentos para Reassentamento de Populações Afetadas em Obras Rodoviárias.

I - FASE PRELIMINAR - ESTUDOS

Etapa caracterizada pela coleta e análise de dados, com finalidade do estudo das intervenções a serem propostas, contendo a descrição, plantas dos estudos efetuados e plano de trabalho para prosseguimento do projeto.

A Fase de Projeto Preliminar deverá abranger:

- Coleta e Análise dos Dados Existentes;
- Estudos de Tráfego;
- Estudos Geológicos;
- Estudos Hidrológicos;
- Estudos Topográficos;
- Processos convencionais;
- Processos aerofotogramétrico;
- Estudos de Traçado;
- Componente Ambiental do Projeto.

Para tanto, serão utilizadas as seguintes Instruções de Serviço do DNIT:

Inst. de Serviço	Atividade
IS-201	Estudos de Tráfego em Rodovias - Fase Preliminar
IS-202	Estudos Geológicos - Fase Preliminar
IS-203	Estudos Hidrológicos - Fase Preliminar
IS-204	Estudos Topográficos para Projetos Básicos de Engenharia para Construção de Rodovias Rurais - Fase Preliminar
IS-207	Estudos Preliminares de Engenharia para Rodovias (Estudos de Traçados) - Fase Preliminar
IS-214	Projeto de Obras-de-Arte Especiais - Fase Preliminar
IS-226	Levantamento Aerofotogramétrico para Projetos Básicos de Rodovias

Considerando a existência do Estudo de Viabilidade Técnico-Econômica para o segmento rodoviário a ser projetado, proceder-se-á à uma detalhada análise dos elementos levantados, e a uma substancial avaliação das conclusões do estudo existente, sempre em conformidade com as respectivas Instruções de Serviço relacionadas anteriormente.

I.1 - Coleta e Análise de Dados

- Identificação do trecho com base na última versão do SRE – Sistema Rodoviário Estadual, ou SNV – Sistema Nacional de Viação;
- Informação sobre o trecho (extensão, região, classificação, períodos chuvosos, natureza dos solos, principais cursos d'água, cruzamentos rodoviários mais significativos etc.);
- Informações sobre os projetos da rodovia;
- Informe de natureza ecológica, hidrológica, e topográfica sobre a região.

I.2 - Estudos de Tráfego

- Para elaboração dos estudos de tráfego, deverão ser utilizados dados históricos de tráfego e composição da frota, quando disponíveis no órgão responsável pela conservação do trecho, atualizados para a época de elaboração do projeto, e projetados para o período de 10 anos;
- Estimativa do tráfego atual e projeções de tráfego (taxas de crescimento, baseadas nos dados históricos obtidos de estudos econômicos consistentes, tais como planos multimodais de transporte);
- Realização de contagens volumétricas de cobertura, durante 48h seguidas, em conformidade com o MANUAL DE ESTUDOS DE TRÁFEGO do DNIT, Edição 2006, nas situações em que os dados de tráfego não se encontrem disponíveis ou estejam desatualizados;
- Levantamento de dados existentes de pesagens de veículos.

I.3 - Estudos Geológicos

Deverão ser desenvolvidas as seguintes atividades:

- Coleta e pesquisa de dados existentes;
- Interpretação de fotografias aéreas;
- Investigações de campo.

I.4 - Estudos Hidrológicos

Os estudos consistem basicamente na coleta de dados hidrológicos (clima, pluviometria, fluviometria e geomorfologia) da região, e serão desenvolvidos com vistas ao dimensionamento das obras de arte

especiais (OAE), obras de arte corrente (OAC) e dispositivos de drenagem.

I.5 - Estudos Topográficos

Os Estudos Topográficos nesta Fase Preliminar objetivam a obtenção dos modelos topográficos digitais do terreno, necessários para a identificação das alternativas de traçado, com precisão compatível com a escala de 1:5.000.

Segundo a Instrução de Serviço IS-204: ESTUDOS TOPOGRÁFICOS PARA PROJETOS BÁSICOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS RURAIS – FASE PRELIMINAR (DNIT), os modelos topográficos digitais do terreno podem ser obtidos por processos aerofotogramétricos, ou por processos convencionais.

I.6 - Estudo de Traçado

Os estudos de traçado terão como finalidade primordial identificar as alternativas de traçado a serem consideradas na realização dos estudos e elaboração do cadastro topográfico.

Tendo em vista a existência de via/estrada vicinal já implantada e em uso, deve-se considerar que o traçado projetado contemplará o máximo aproveitamento do leito estradal existente, com introdução de melhoramentos em planta e em perfil quando as condições atuais não forem satisfatórias, levando-se em consideração a classe da rodovia projetada e as questões pertinentes de segurança de tráfego.

I.7 - Componente Ambiental do Projeto

Nesta Fase Preliminar, o Componente Ambiental do projeto deverá ser elaborado de acordo com a IS-246 - COMPONENTE AMBIENTAL DE PROJETOS DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA – FASE PRELIMINAR (DNIT).

Será elaborado o Diagnóstico Preliminar Ambiental da área de influência direta do empreendimento e também das avaliações das ocorrências cadastradas nos levantamentos ambientais e impactos ambientais que poderão decorrer com a execução das obras, visando a proposição de medidas de controle, proteção e recuperação ambiental, com a caracterização da situação ambiental da área de influência

II - FASE DE PROJETO BÁSICO

Com a aprovação das conclusões e recomendações da Fase Preliminar, serão desenvolvidos os projetos básicos, com apresentação dos documentos técnicos contendo os estudos elaborados e elementos dos projetos básicos (plantas, perfis, seções, memórias de cálculo, quantitativos e orçamento).

Esta fase compreende a definição da concepção do projeto, constando do dimensionamento preliminar e soluções estruturais do pavimento, que serão objeto de análise técnico-econômica.

Nesta fase, o projeto do pavimento fornecerá, também, os quantitativos aproximados para orçar os diferentes serviços que o compõem.

A Fase de Projeto Básico deverá abranger:

- Estudos de Tráfego;
- Estudos Geológicos;
- Estudos Hidrológicos;
- Estudos de Traçado;
- Estudos Topográficos por:

- Processos convencionais;
- Processos aerofotogramétricos;
- Estudos Geotécnicos;
- Projeto Geométrico Básico;
- Projeto Básico de Terraplenagem;
- Projeto Básico de Drenagem;
- Projeto Básico de Pavimentação;
- Projeto Básico de Obras de Arte Especiais (quando for o caso);
- Projeto Básico Interseções, Retornos e Acessos;
- Projeto Básico de Sinalização;
- Projeto Básico de Obras Complementares;
- Projeto Básico de Paisagismo;
- Projeto Básico do Canteiro de Obras e Acampamento do Pessoal;
- Componente Ambiental do projeto;
- Orçamento Básico e Plano de Execução da Obra.

Para tanto, serão utilizadas as seguintes Instruções de Serviço do DNIT:

Inst. de Serviço	Atividade
IS-201	Estudos de Tráfego em Rodovias
IS-202	Estudos Geológicos
IS-203	Estudos Hidrológicos
IS-204	Estudos Topográficos para Projetos Básicos de Engenharia para Construção de Rodovias Rurais
IS-206	Estudos Geotécnicos
IS-207	Estudos Preliminares de Engenharia para Rodovias (Estudos de Traçados)
IS-208	Projeto Geométrico
IS-209	Projeto de Terraplenagem
IS-210	Projeto de Drenagem
IS-211	Projeto de Pavimentos Flexíveis
IS-213	Projeto de Interseções, Retornos e Acessos
IS-214	Projeto de Obras-de-Arte Especiais
IS-215	Projeto de Sinalização
IS-216	Projeto de Paisagismo
IS-217	Projeto de Dispositivo de Proteção (Defensas e Barreiras)
IS-218	Projeto de Cercas

IS-219	Projeto de Desapropriação
IS-220	Orçamento da Obra
IS-225	Projeto de Pavimentos Rígidos
IS-226	Levantamento Aerofotogramétrico
IS-246	Componente Ambiental dos Projetos de Engenharia Rodoviária

II.1 - Estudos de Tráfego

Estes estudos terão por objetivo avaliar o comportamento do tráfego da rodovia, por subtrecho homogêneo, no período da vida útil, contado a partir da liberação do trecho ao tráfego, com base no projeto geométrico a ser elaborado e nos estudos topográficos efetuados. Para efeito deste escopo, entende-se subtrecho homogêneo, aquele que possui as mesmas características geométricas e os mesmos volumes e composições de tráfego.

Nesta Fase de Projeto Básico, os Estudos de Tráfego deverão abranger as seguintes atividades, dentre aquelas estabelecidas para a Fase Definitiva da Instrução de Serviço IS-201 – ESTUDOS DE TRÁFEGO EM RODOVIAS (ÁREA RURAL) (DNIT):

- Contagens volumétricas, direcionais e classificatórias, realizadas no mínimo durante 7 dias;
- Pesquisas de Origem-Destino, sempre que houver a possibilidade de se captar tráfego desviado;
- Pesagem de veículos comerciais;
- Na falta de dados de pesagem, deverá ser feita pesquisa de ocupação de veículos de carga, através de entrevistas, pesquisando as cargas por eixo com duração mínima de 02 (dois) dias;
- Processamento dos dados;
- Projeções do tráfego;
- Determinação do número N, para dimensionamento de pavimentos flexíveis e semirrígidos.
- Determinação do número de repetições por tipo de eixo, por intervalo de carga, para o dimensionamento de pavimentos rígidos;
- Avaliação da capacidade e dos níveis de serviço, considerando a metodologia recomendada pela Highway Capacity Manual – HCM.

A apresentação dos estudos de tráfego constará de:

- Apresentação com descrição sucinta do trabalho realizado;
- Mapa de localização dos postos;
- Metodologia adotada;

- Ficha de identificação dos postos de pesquisa;
- Identificação dos postos de pesquisa;
- Identificação dos veículos para configuração de eixos;
- Expansão dos volumes de tráfego,
- Taxas de crescimento do tráfego, para cada categoria;
- Resumo do VDM obtido;
- Dados das contagens volumétricas classificatórias;
- Dados da pesquisa origem/destino;
- Resumo da contagem volumétrica classificatória;
- Matrizes origem/destino;
- Histogramas de tráfego;
- Projeção do VDM e do Número N;
- Estudos de capacidade e de Nível de Serviço;
- Conclusões e recomendações com suas justificativas.

II.2 - Estudos Geológicos

Na etapa de Projeto Básico, deverão ser desenvolvidas as seguintes atividades:

- Estabelecimento de um plano de sondagem;
- Mapeamento geológico;
- Descrição geológica da região;
- Recomendações;

Deverá ser observado o disposto na IS-202 e os seguintes requisitos:

- Identificação e delimitação, por segmento e com grau de precisão compatível, dos locais geologicamente críticos em termos de sensibilidade de maciços em geral e de inadequação para aterros.
- Listagem de providências a serem tomadas no campo, segmento a segmento, para identificar, confirmar e melhor delimitar estes locais geologicamente críticos, a partir da avaliação e histórico de acidentes geotécnicos anteriores, sondagens, escavações, análise da cobertura vegetal, etc.
- Identificação dos prováveis locais de ocorrência de materiais adequados à execução das obras.
- Recomendações sobre aspectos a serem privilegiados e a serem evitados no desenvolvimento do projeto.

As informações requeridas serão assinaladas sobre as bases cartográficas disponíveis (cartas na escala 1:50.000, fotos aéreas, etc.), amarrando-as à quilometragem da rodovia.

II.3 - Estudos Hidrológicos

Os estudos hidrológicos serão desenvolvidos com vistas à verificação do funcionamento hidráulico dos dispositivos de drenagem superficial e profunda problemáticos, principalmente aqueles que estejam com situação estrutural e de vazão insuficientes.

Serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- Processamento dos dados pluviométricos, fluviométricos, e geomorfológicos levantados na fase Preliminar;
- Determinação das equações de chuva da região, correlacionando intensidade de precipitação x duração x tempo de recorrência, caso necessário;
- Dimensionamento das soluções propostas utilizando métodos e formulas consagradas;
- Determinação das descargas de projeto das bacias de contribuição.

Os Estudos Hidrológicos deverão ser elaborados na fase de Projeto Básico, em nível suficiente para que seja possível o dimensionamento hidráulico das obras e dispositivos de drenagem a serem projetados

Adoção dos seguintes tempos de recorrência:

OBRA	TR(em anos)
Drenagem subsuperficial	1
Drenagem superficial	10
Bueiro Tubular como Canal	15
Bueiro Tubular como Orifício	25
Bueiro Celular como Canal	25
Bueiro Celular como Orifício	50
Pontilhão	50
Ponte	100

Os critérios e métodos para cálculo das vazões de projeto deverão ser aqueles estabelecidos na IS-203 (DNIT).

Realizar e apresentar avaliação da suficiência dos bueiros e dispositivos de drenagem mediante a realização

das seguintes tarefas:

- Comparação entre as vazões afluentes calculadas e as de descarga dos dispositivos existentes;
- Histórico sobre desempenho inadequado, obtido por pesquisa junto a moradores e a funcionários da AGESUL na região do trecho estudado;
- Vistoria no campo da condição dos dispositivos e bueiros quanto a danos, obstruções e outros aspectos que influenciem o desempenho;
- Inspeção no campo, obrigatoriamente em dias suficientemente chuvosos, detectando aspectos de desempenho negativo, tais como, grotas, vias ou trilhas transversais ou ainda declividades inadequadas de sarjetas e valetas que conduzam água à pista.

II.4 - Estudos de Traçado

As alternativas de traçado identificadas na fase anterior deverão ser submetidas a uma avaliação comparativa, para fins de definição do traçado a ser projetado, considerando para este caso que os estudos de traçado deverão ser compatibilizados com a faixa de domínio existente.

II.5 - Estudos Topográficos

Os Estudos Topográficos, nesta fase, objetivam a elaboração de um modelo topográfico digital do terreno que permita a definição da geometria da rodovia, e forneça os elementos topográficos necessários a elaboração dos estudos e projetos que compõe o Projeto Básico. Esses levantamentos deverão ser realizados com precisão compatível com a escala 1:2.000.

O Estudo Topográfico nesta fase de Projeto Básico constará basicamente de:

- Implantação de rede de apoio básico com marcos de concreto;
- Levantamento planialtimétrico cadastral do terreno;
- Locação de pontos do eixo, ou bordo, da rodovia existente, que permita sua perfeita identificação no campo, nos locais onde houver melhoramentos geométricos;
- Levantamento planialtimétrico cadastral dos locais de jazidas, interseções, dispositivos de drenagem, obras-de-arte especiais etc.

Os estudos topográficos podem ser realizados pelo Método Convencional, elaborado conforme preconizado nas IS-204 e IS-205, das Diretrizes Básicas, e pelo Processo Eletrônico-Digital.

Recomenda-se empregar o processo eletrônico-digital, a seguir descrito:

- Os estudos topográficos, pelo processo Eletrônico-Digital, serão realizados com a utilização de equipamentos GPS (Global Positioning System) geodésico de alta precisão e de Estação Total. Serão executadas as seguintes tarefas principais:
- Implantação de marcos planialtimétricos com utilização de equipamentos GPS;
- Locação do eixo de referência para o levantamento;
- Levantamento cadastral da faixa de domínio;

- Levantamento de seções transversais, com detalhamento da plataforma atual;
- Levantamentos especiais;
- Levantamento Topográfico para o Projeto de Desapropriação;
- Levantamento de locais de ocorrências de materiais;
- Levantamento de passivo ambiental;
- Elaboração de planta topográfica.

O marco inicial do levantamento deverá ser obrigatoriamente no Sistema de Coordenadas dos Marcos do IBGE/IGA, apresentando sua monografia e transporte ou marcos de referência com leitura de GPS.

Locação do Eixo de Referência para o Levantamento: A locação do eixo de referência deverá ser feita pelo bordo da pista de rolamento, em função das condicionantes locais correspondentes à segurança da equipe. O eixo locado deverá ser implantado com estacas testemunhas de 100m em 100m, devidamente identificadas, nivelamento, seccionamento e amarrações do eixo do alinhamento definido na Etapa de Estudo de Traçado, suficientes para permitir a elaboração de base cartográfica planialtimétrica reambulada na escala de 1:5.000, com largura tal que abranja todos os elementos construtivos, porém não inferior à da faixa de domínio. Deverão ser abrangidas as testadas de construções situadas até 15 m após o limite da faixa de domínio.

Levantamento Cadastral da Faixa de Domínio: O levantamento cadastral da faixa de domínio será executado por processo de irradiação de pontos, com utilização de Estação Total ou GPS, devendo ser levantados todos os pontos de interesse do projeto, tais como, benfeitorias existentes, interseções, acessos a postos de abastecimento, acesso a propriedades rurais, obras-de-arte especiais, obras-de-arte corrente, dispositivos de drenagem superficial, obras complementares, obras de contenção, redes de serviços públicos (água potável, água pluvial, esgoto, redes elétricas e de telefonia). Deverá ser entregue uma listagem de acessos às propriedades existentes ao longo da rodovia, com informações de localização (coordenadas, por exemplo) e, quando possível, identificando a propriedade e/ou o proprietário.

Levantamento das Seções Transversais, com detalhamento da plataforma atual: O levantamento das seções transversais deverá ser realizado também com a utilização de Estação Total ou GPS.

Deverão ser levantadas seções transversais de 20,00 em 20,00 m, abrangendo no mínimo toda a faixa de domínio (20,00m para cada lado da rodovia) salvo as exceções de algumas rodovias com faixa superior a 20,00m, tendo como obrigatórios os seguintes pontos: eixo, bordos, caixa de empréstimo existente, erosões, cristas de corte e aterros, pés de cortes e aterros, e demais acidentes no terreno natural. Nos locais onde poderão se implantar obras de artes (talvegues) as seções deverão prolongadas além da faixa de domínio.

Levantamentos Especiais: Os levantamentos especiais serão executados por meio de processo de irradiação de pontos, com utilização de Estação Total e têm como finalidade fornecer base topográfica para elaboração de projetos de obras-de-arte especiais, obras-de-arte corrente, interseções, obras de contenção, pontos de parada de ônibus, áreas degradadas para o desenvolvimento do PRAD, etc.

Nos locais de obras-de-arte especiais, interseções, travessias urbanas, acessos, erosões, pontes, bueiros e dispositivos de drenagem, locais que apresentam ou apresentaram alagamento ou represamento das águas, deverá ser realizado, além do levantamento planialtimétrico, um levantamento batimétrico, em quantidade suficiente que permita, o desenvolvimento do projeto.

No caso dos trechos já pavimentados que serão objeto de estudos para alargamento ou duplicação deverão ser levantados topograficamente: o eixo e os bordos da pista, os bordos dos acostamentos atuais, os elementos de drenagem da plataforma (como meios-fios, sarjetas, entradas e descidas d'água), as crista de cortes e pés de taludes, além de largura suficiente do terreno lateral que abrigará os futuros alargamentos; os bueiros e pontes existentes serão cadastrados topograficamente, mediante de apuração da posição e cotas de fundo de suas extremidades, além do nivelamento do terreno de montante e jusante aos mesmos.

Levantamento Topográfico para o Projeto de Desapropriação: Os levantamentos deverão fornecer os elementos necessários para a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Levantamento dos Locais de Ocorrências de Materiais e outros: Todas as áreas de empréstimos e jazidas, locais de bota-fora, existência de solos moles, locais ambientalmente problemáticos etc., deverão ter levantamentos suplementares, serão amarrados às poligonais e/ou eixos locados ou calculados e será efetuada as amarrações planialtimétrica dos locais de sondagens.

Levantamento de passivo ambiental: Os locais onde foram identificados problemas ambientais deverão ser levantados para proposições de soluções no projeto.

Elaboração de Plantas Topográficas: Os estudos topográficos serão representados em plantas desenhadas na escala 1:2.000, contendo toda a planimetria da faixa, com as curvas de nível equidistantes de 1,0 m.

O perfil será elaborado nas escalas H = 1:2.000 e V = 1:200. Deverão ser obedecidos os seguintes requisitos:

- Materialização de suficientes elementos que sirvam de base à locação no campo dos elementos de projeto por ocasião da execução das obras. Esta materialização se dará com marcos de concreto devidamente identificado (número de marco, Nome da Empresa) implantados a cada 02 (dois) quilômetros em pares, sendo que a distância entre esses pares não seja superior que 350m (trezentos e cinquenta metros) e não inferior a 200m (duzentos metros) intervísíveis.
- Apresentação de esquemas que permitam a inequívoca localização dos marcos, estacas e outros elementos materializados no campo e esclareçam sua vinculação à(s) poligonal (ais) e ao(s) eixo(s) locado(s) e/ou projetado(s).
- Elaboração de textos, quadros, tabelas e croquis sumarizando informações sobre os serviços executados e sobre poligonais, marcos, pontos, igualdades de estaqueamento e outros elementos adicionais.
- Entrega dos desenhos originais ou cópias nítidas reproduzíveis dos levantamentos e das cadernetas de campo.

II.6 - Estudos Geotécnicos

Os estudos geotécnicos nesta fase de Projeto Básico deverão ser realizados, para a alternativa selecionada, referenciados aos estudos geológicos, e envolvendo as seguintes atividades:

- Estudo do Subleito para Pavimentos Novos;
- Estudo de Empréstimo para Terraplenagem;
- Estudos de Ocorrências de Materiais para Pavimentação;
- Estudos de Fundação de Aterros;
- Estudos de Estabilidade de Taludes.

Os Estudos Geotécnicos deverão observar o disposto na IS-206.

Todos os furos de sondagem deverão estar amarrados aos eixos de projeto ou a elementos fixos, tais como OAE, bueiros, postes, construções adjacentes, etc.

Basicamente serão realizadas as seguintes atividades:

- Estudo dos cortes e do subleito, com sondagens a trado, coleta de amostras, execução de ensaios de caracterização, de compactação e de ISC;
- Estudo de empréstimos para corpo e camadas finais de aterros;
- Em caso de utilização do Método da Resiliência para dimensionamento do pavimento deverá ser executado também o ensaio de granulometria por sedimentação do solo dos empréstimos a serem utilizadas e do subleito, para caracterizar a classe dos mesmos;
- Estudos de soluções alternativas para aterros sobre solos moles e sua avaliação técnico-econômica.

Serão realizados os seguintes tipos de ensaios com as amostras coletadas:

- Granulometria por Peneiramento;
- Limite de Liquidez;
- Limite de Plasticidade;
- Compactação e ISC na Energia Normal, Intermediária ou Modificada (6 pontos);
- Resiliência em Solos (somente em caso de utilização do Método da Resiliência);
- Massa Específica Real dos Grãos;

Com relação aos solos moles, as áreas de sua ocorrência deverão estar o mais próximo possível delimitadas, incluindo a apresentação do perfil geológico/geotécnico das mesmas.

Serão realizados estudos preliminares para subsidiar as definições do Estudo de Traçado e o Projeto

Geométrico.

No que se refere às ocorrências de rocha, fica expressamente reiterado que são indispensáveis os seguintes estudos:

- Preliminarmente, sondagens pioneiras nos locais de possíveis pedreiras.
- Série de 5 (cinco) prospecções, ao menos, com sondas rotativas distribuídas de forma a cobrir a área prevista para a exploração da ocorrência.
- Sondagens a pá e picareta, afastadas entre si no máximo de 10 m, em malha quadrada, da camada de estéril.
- Realização de ensaios tecnológicos de caracterização da rocha, Abrasão Los Angeles, Sanidade, Adesividade pelo método do RRL (Road Research Laboratory) modificado, Massas Específicas Aparente e Real dos Grãos, Índice de Forma (se houver agregados já britados).
- Análise petrográfica e descrição mineralógica da rocha.

A estes estudos deve-se acrescentar um relatório completo de vistoria do local, registrando a ocorrência ou inexistência de benfeitorias, disponibilidade de energia elétrica, proximidade de rodovias e habitações, tipo de vegetações dominante, nome e endereço do proprietário, localização e acesso ao trecho, e demais elementos relevantes.

II.7 - Projeto Geométrico (Básico)

Tendo como base os Estudos Topográficos realizados nesta Fase de Projeto Básico, o Projeto Geométrico se constituirá de:

- Projeto planialtimétrico, nas escalas de 1:2.000(H) e 1:200(V), constando os itens elencados na IS-208 para planta e perfil;
- Seções transversais típicas das plataformas, a partir das conclusões dos Estudos de Tráfego realizados nesta fase.

O Projeto Geométrico deverá observar o disposto nas IS-208 e IS-234, além dos requisitos a seguir, sendo o projeto desenvolvido em duas etapas:

1ª Etapa: Projeto Planialtimétrico

Consiste na orientação dos serviços de locação no campo, na representação do projeto (inclusive interseções) sobre a faixa topográfica levantada, no projeto altimétrico, no estabelecimento das seções transversais em tangente e em curva para as diversas situações típicas e para situações especiais, alterações planialtimétricas da pista existente e de vias objeto de intervenções geométricas conforme necessário para caracterizá-los perfeitamente e permitir sua locação no campo.

A definição da seção transversal será função da Classe da Rodovia preconizada. Serão apresentadas nesta etapa também seções transversais para as principais pistas auxiliares, tais como ramos, acessos,

interligações etc. As seções transversais poderão conjugar informações dos projetos de drenagem e pavimentação.

Em casos onde a velocidade de projeto da Rodovia seja de 80 km/h, todos os cálculos deverão ser feitos para velocidade de 100 km/h.

O projeto planimétrico definirá nesta etapa pelo menos o estaqueamento de referência, inclusive pontos notáveis das curvas, ângulo central, raio e curva de transição, e abrangerá pistas auxiliares, acessos, interseções, travessias urbanas, passagens de pedestres e paradas de ônibus.

Serão representados: eixos estaqueados, bordos de pistas, barreiras rígidas central e de segurança lateral, offsets de corte e aterro (já considerando bota fora e empréstimos), limites do projeto na conexão com vias e ruas transversais, limites e tipos de obras de contenção, obras de arte especiais, obras de arte correntes (tipo e comprimento) e quaisquer outros elementos condicionantes (construtivos, geológico-geotécnicos, hidrológicos e ambientais antrópicos e naturais) cujo vulto ou relevância convenha assinalar nesta fase.

O projeto altimétrico representará valores e extensões de rampa, pontos notáveis e comprimentos de curvas de concordância, obras de arte correntes, limites de obras de arte especiais e obras de contenção relevantes.

Os valores limites de raio e rampa serão estabelecidos de acordo com as Normas do DNIT, salvo outros valores que a AGESUL possa estabelecer sob sua responsabilidade.

2ª Etapa: Projeto Planialtimétrico Detalhado

Consiste na representação do projeto detalhado (inclusive interseções) sobre a faixa topográfica levantada no campo, no detalhamento do projeto altimétrico definitivo, no estabelecimento das seções transversais definitivas em tangente e em curva para as diversas situações típicas e para situações especiais, pistas auxiliares e demais vias objeto de intervenções e no cálculo analítico de todos os elementos geométricos conforme necessários para caracterizá-los perfeitamente.

Quando da necessidade do rebaixamento para Plano Topográfico, deverá ser mantida a coordenada UTM do marco inicial para o novo plano topográfico.

Nesta etapa, serão determinadas as extensões exatas de obras de arte correntes, especiais e de contenção.

Serão representados em planta: eixos estaqueados de todas as pistas a construir (principal, auxiliares, ramos de interseções), bordos da pista de rolamento; pontos notáveis das curvas circulares e de transição; quadros de curvas, incluindo valores de superelevação e superlargura; offsets de corte e aterro, incluindo bota-fora e empréstimos; limite da faixa de domínio; obras de arte especiais e de contenção; obras de arte correntes, definindo tipo, comprimento, esconsidade, igualdade de estaqueamento, declividade, cotas e ainda valas, lajes e outros dispositivos de acesso e escoamento do fluxo aquoso, dispositivos de drenagem superficial, indicando tipo e outros dados relevantes; meios-fios; limites do projeto e detalhes na conexão com vias e acessos existentes.

O projeto altimétrico, representará para todas as pistas: valores de rampas; pontos notáveis, flecha e comprimento e/ou parâmetros de curvas de concordância; limites de obras de arte especiais e de contenção de maior vulto; obras de arte correntes (indicando o tipo e se nova ou existente); gabaritos verticais em passagem inferiores e superiores; limites do projeto na conexão com vias e acessos existentes.

Serão apresentadas seções transversais definitivas e detalhadas, consoante os mesmos requisitos da 1ª Etapa, podendo conjugar informações dos projetos detalhados de drenagem e pavimentação.

II.8 - Projeto Básico de Terraplenagem

Serão avaliadas as alternativas que se apresentem quanto à movimentação dos volumes de terraplenagem de modo a ajustar, entre outras, as necessidades de empréstimos e bota-foras com disponibilidade de áreas para tal, levando ainda em conta os planos de urbanização e paisagismo existentes ou planejados, para mútua compatibilização, além da proteção ao meio ambiente.

Serão ainda realizadas pesquisas para a determinação de possíveis locais de caixas de empréstimos.

Finalmente, com base nos estudos realizados, será elaborado quadro sucinto de orientação da terraplenagem, definindo a influência sobre os aspectos de bota-fora e empréstimo, bem como, custos. Este quadro deve apresentar ainda o resumo dos volumes de corte, por categoria, e volumes de aterro a compactar. O método recomendado para esta determinação do volume nesta fase é o da cota vermelha média.

O Projeto de Terraplenagem deverá observar o disposto na IS-209 e os seguintes requisitos:

- Definição precisa da seções-tipo em tangente e em curva, em corte e em aterro, para as situações de alargamento do pavimento atual e de pavimento novo;
- Definição precisa da inclinação de taludes de corte e aterro e da necessidade de colchões drenantes ou outros dispositivos, com base nos estudos geológicos e geotécnicos.
- Determinação do movimento de terras e das distâncias médias de transporte por categoria;
- Estudos de aproveitamento de fontes de materiais. O Projeto de Terraplenagem compreenderá:
- Análise do perfil geotécnico e das recomendações dos estudos geotécnicos referentes às categorias dos materiais a escavar, substituições de materiais do subleito, rebaixamentos em rocha, remoções de solos inadequados, localização de empréstimos e outros elementos relevantes;
- Cálculo dos volumes de terraplenagem;
- Distribuição dos volumes de terraplenagem, com a respectiva definição de origens e destinos de materiais com as suas respectivas distâncias de transportes;
- Definição de áreas de empréstimos e de bota-foras;
- Elaboração de notas de serviço;

- Adotar, sempre que possível, empréstimos fora da faixa de domínio, com anuência dos proprietários, devidamente assinadas em documento e se não for possível, executar levantamentos georreferenciados e demais documentos para procedimento de desapropriação da área;
- Quantificação e especificação dos serviços a executar.

II.9 - Projeto Básico de Drenagem

Os estudos hidrológicos realizados é que possibilitaram a obtenção do dimensionamento e quantificação preliminar das soluções propostas, serão definidas as soluções a serem adotadas.

O Projeto de Drenagem deverá observar o disposto na IS-210 e os requisitos a seguir:

- Deverá ser priorizada a utilização dos dispositivos constantes do “Álbum de Projetos-Tipo de Dispositivos de Drenagem” - DNIT/DEP.
- Em caso de necessidade de adequação dos dispositivos padronizados, deverão ser apresentados os detalhes construtivos e os respectivos consumos de materiais.
- Apresentar planta contendo todos elementos de drenagem, sejam elas drenagem profunda, bueiros e drenagem superficial.
- Apresentar todas as seções de bueiros projetados.

Projeto de Drenagem Superficial

Constará dos seguintes tralhados:

- Seleção dos projetos-tipo dos dispositivos de drenagem superficial com finalidade de coleta, condução e despejo final, em função das características da via;
- Elaboração de um quadro geral para cada tipo de dispositivo, contendo a localização (extremidades, lado etc.), comprimentos ou quantidades, tipo e observações complementares tais como: a construir, a prolongar etc.
- Consideração quanto a dispositivos adicionais de proteção contra erosão, com suas localizações, soluções, especificações, quantidades e demais elementos construtivos.

Projeto de Drenagem Profunda

Envolverá os seguintes itens:

- Apresentação dos boletins de pesquisa do nível do lençol freático, com indicação da época sazonal (estação chuvosa ou seca);
- Seleção dos projetos-tipo dos dispositivos de drenagem e seus dimensionamentos;
- Características dos materiais a empregar (granulometria, tubos porosos ou furados, esquema de furos etc.);

- Processos construtivos para casos especiais (drenos tipo espinha-de-peixe, colchão drenante, etc.);
- Projetar bueiros nos acessos sempre que for necessário;
- Detalhes dos sistemas de saída dos drenos e sua interligação com o sistema de drenagem superficial (caixas coletoras, etc.);
- Quadro resumo de localização e quantitativos;
- Projeto de camada drenante nos locais em que for necessária, com localização, tipo de camada, tipo de material de enchimento, quantidades, etc.;
- Projeto de sistema de drenagem subsuperficial de modo a remover a água de infiltração nas camadas do pavimento;
- Projeto de dispositivos que evitem o confinamento de águas junto às bordas das pistas de rolamento, principalmente nos trechos com curva.

II.10 - Projeto de Obras de Arte Correntes

O projeto de obras de arte correntes consistirá na definição dos elementos técnicos dos bueiros projetados e dos prolongamentos (se necessários) dos bueiros existentes considerados aproveitáveis, tais como: seção de vazão, comprimento, esconsidade, materiais componentes, fundações e dispositivos complementares.

II.11 - Projeto Básico de Pavimentação

O projeto de pavimentação, nesta fase compreende a definição da concepção do pavimento, a partir do dimensionamento preliminar e soluções estruturais do pavimento, que deverão ser objeto de análise técnico-econômica, e da estimativa de quantitativos de serviço.

Deverá ser observado o disposto na IS-211 para pavimentos flexíveis, IS-225 para pavimentos rígidos, no Manual de Pavimentação do DNIT - Edição 2006, e no Manual de Pavimentos Rígidos do DNIT – Edição 2005, além dos seguintes requisitos:

- Definição e avaliação técnico-econômica de soluções alternativas para a estrutura de pavimento (pista e acostamento);
- Concepção da estrutura do pavimento e definição da seção transversal em tangente e em curva, e em corte e em aterro, para os casos de pavimentação nova e de alargamento do pavimento atual;
- Verificação do comportamento de cada camada constituinte do pavimento;
- Dimensionamento e concepção do projeto por subtrecho homogêneo;
- Seleção das ocorrências de materiais, observando sempre a preservação ambiental;
- Memória de cálculo das quantidades obedecendo os resultados obtidos em laboratório e das distâncias de transporte.

II.12 - Projeto Básico de Obras-de-arte Especiais

Neste projeto deverão constar:

- Definição da concepção do projeto;
- Estudo de alternativas para a travessia, no que respeita ao local de implantação da obra;
- Estudo das soluções estruturais exequíveis, em decorrência do exame do local de implantação, com definição, para cada solução proposta, do comprimento total da obra, número de vãos, características geométricas principais, extensão dos aterros de acesso e fundações;
- Pré-dimensionamento das alternativas selecionadas, com estimativas de quantidades custos e total justificativa para cada solução;
- Deverá ser observado o disposto nas IS-214 e IS-228.

As Obras de Arte Especiais contemplam as seguintes obras, conforme adotados no projeto:

- Pontes;
- Viadutos;
- Passagens Inferiores e Superiores;
- Passarelas;
- Obras de arrimo, contenção e estabilização de taludes de corte e aterro.

Deverá ser adotado o Manual de Projeto de Obras de Artes Especiais aprovado pelo DNER em 1996, Publicação nº 698/100.

O atendimento ao que determina a IS 214 deverá contemplar a “Fase de Projeto Básico” preconizado na Instrução.

Os dados da fase de projeto básico deverão ser apresentados nos Relatórios do Projeto Básico e Projeto Executivo (Minuta e Definitivo).

II.13 - Projeto Básico Interseções e Acessos

Deverão ser elaborados, os projetos destinados a proporcionar melhoramentos operacionais e aumentar o grau de segurança de trânsito na via (interseções, acessos e retornos).

Para a elaboração dos projetos de interseções e acessos deverão ser considerados a IS-213 item

3.1 – Fase de Projeto Básico e o Manual de Projeto de Interseções – Publicação IPR– 718. A concepção das interseções deverá estar embasada nos estudos de capacidade e avaliação dos níveis de serviço, realizados conforme item de Estudos de Tráfego.

O Projeto de Interseções e Acessos contemplará as seguintes atividades:

- Identificação e hierarquização das Interseções;

- Justificativas das soluções a adotar em função do tráfego;
- Projetar os acessos tipo para propriedades particulares e corredores públicos;
- Detalhamento das soluções técnicas das interseções e acessos.

II.14 - Projeto Básico de Sinalização e Segurança Viária

Com os dados obtido na elaboração do cadastro da rodovia, onde foram assinaladas as deficiências da sinalização viária do trecho, será elaborado o projeto de sinalização.

Deverá seguir as IS-215, IS-217 e IS-224, bem como se basear nos seguintes manuais:

- Manual de Sinalização Rodoviária – DNIT, 2013;
- Manual de Sinalização de Trânsito – DENATRAN;
- Especificações para Barreiras, Defensas, Antiofuscentes e Separadores de Trânsito – DNER, 1977;
- Manuais de Sinalização aprovados pelas Resoluções nº 599/82 e 666/86 do CNT – CONTRAN;
- Manual de Sinalização de Obras e Emergências – DNER, 1996.

Na Fase de Projeto Básico, será efetuado o estabelecimento do padrão e critérios de emprego dos dispositivos de sinalização horizontal (material, dimensões das faixas), sinalização vertical (dimensões e materiais de placas e suportes, bem como de sinalização suspensa) e dispositivos auxiliares (tipos de tachas e tachões e seu posicionamento).

Será efetuada a determinação preliminar do tipo, necessidade e extensão de barreiras laterais na pista, em curvas, aproximações de pontes e abismos.

No detalhamento do projeto será efetuada a indicação, sobre plantas e/ou diagramas lineares, do posicionamento de todos os dispositivos de sinalização vertical, das barreiras laterais nas pistas principais e auxiliares, ramos, acessos e interligações.

Serão incluídos desenhos-chave dos códigos adotados para as placas, sendo também esclarecidas dimensões e materiais constituintes e dizeres das placas indicativas.

Serão detalhados os desenhos típicos e desenhos de situações específicas, esclarecendo dimensões, cores, disposição e configuração da sinalização horizontal e dos dispositivos auxiliares (tachas, tachões, etc.) nas diversas situações de emprego: pista principal; pistas auxiliares; ramos e acessos; vértices (narizes) de confluência e bifurcação; 'tapers' e faixas de aceleração/desaceleração.

Será efetuado o detalhamento do programa de segurança de tráfego durante as obras para as diversas situações de obstrução, inclusive estrutura gerencial mínima requerida do empreiteiro para esta finalidade.

II.15 - Projeto Básico de Obras Complementares

Será elaborado incluindo substituição ou reparos de defensas, barreiras, de cercas de delimitação e eventuais obras de contenção.

Será obedecido o disposto nas IS-216 e IS-218.

Estas obras compreendem serviços acessórios, a saber:

- Dispositivos especiais de isolamento do corpo estradal, onde necessário, para impedir a travessia de animais ou a invasão de áreas ambientalmente protegidas;
- Refúgios e belvederes;
- Paradas de ônibus, com e sem abrigo;
- Cercas e alambrados;
- Remanejamento de redes de serviços públicos;
- Outras obras acessórias.

II.16 - Projeto Básico de Paisagismo

O Projeto Básico de Paisagismo compreende a identificação das áreas a serem submetidas a tratamento paisagístico, e a seleção das espécies vegetais a serem propostas para este tratamento.

II.17 - Projeto Básico do Canteiro de Obras e Acampamento de Pessoal

Deverá ser desenhada uma planta com a situação das instalações industriais e operacionais do canteiro das obras, bem como do acampamento do pessoal.

O Projeto de Canteiro de Obras deverá ser elaborado conforme descrito no Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes, Volume 7 – Canteiros de Obras – DNIT, 2017, atendendo as particularidades do projeto quanto às instalações necessárias para a execução da obra.

II.18 - Componente Ambiental do Projeto

O Componente Ambiental do Projeto, nesta Fase de Projeto Básico, deverá ser desenvolvido segundo as seguintes atividades:

- Elaboração do Diagnóstico Definitivo Ambiental;
- Levantamentos de Passivos Ambientais;
- Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais;
- Estabelecimento do Prognóstico Ambiental;
- Medidas de Proteção Ambiental.

O Componente Ambiental do projeto deve ser elaborado segundo as disposições da IS-246 – COMPONENTE AMBIENTAL DE PROJETOS DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA.

Diversos procedimentos, medidas e serviços pertinentes terão sido devidamente incorporados aos itens convencionais do projeto rodoviário. Sua existência deverá ser mencionada no texto e os custos adicionais associados ao meio ambiente, diluídos no orçamento global, deverão ser explicitados com um grau de aproximação aceitável.

Em acréscimo, com base nos resultados dos Estudos Ambientais, deverão ser previstas medidas adicionais e elaborados os projetos de obras e serviços específicos, com finalidade de prevenir e evitar a ocorrência de danos ou impactos sobre o meio ambiente, assim como de mitigar e amortecer aqueles inevitáveis associados às novas obras e serviços rodoviários e ainda de recuperar e amenizar danos ambientais decorrentes de obras rodoviárias anteriormente executadas no trecho, inclusive erosões, instabilidades de taludes de corte e aterro e assoreamento de cursos d'água. Incluem-se aqui serviços específicos de contenção de erosões, paisagismo e proteção vegetal.

No desenvolvimento do Projeto de Desapropriação, caso o projetista se depare com interferência de propriedades e/ou benfeitorias cuja remoção e/ou interveniência das obras provocarem impactos negativos de caráter social, haverá a necessidade de desenvolvimento de projeto específico, que seja contemplado com todos os dispositivos, entre eles o de infraestrutura, visando mitigar tais impactos.

Os projetos corretivos para os locais problemáticos levantados durante os Estudos Ambientais deverão almejar, sempre que possível, soluções de baixo custo, baseadas em técnicas agrícolas, observando inclusive os critérios de priorização expostos no "MANUAL DE MONITORAMENTO, CONSERVAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAIS" - DEP/DNER, 1996.

Ditas obras, serviços e medidas deverão visar também o atendimento aos requisitos estipulados na Licença Ambiental concedida pelos órgãos ambientais.

É recomendado o seguinte roteiro:

- Caracterização das medidas, serviços e obras pertinentes a este item e incluídos em ou diluídos pelos outros itens do projeto rodoviário e avaliação de sua participação nos custos.
- Avaliação da adequação e suficiência destas medidas e obras, qualitativa e quantitativamente, ao escopo deste item e proposição dos pertinentes aprimoramentos.
- Elaboração de uma relação das medidas administrativas e operacionais a serem seguidas durante a elaboração deste projeto, na fase de obras e na subsequente fase de operação rodoviária;
- Anteprojeto ou esquema preliminar das obras e serviços físicos a serem incorporados ao projeto, sejam como itens específicos, seja para integrar os demais itens de projeto rodoviário. Incluem-se aqui os serviços de paisagismo e sinalização viva;
- Quantificação e estimativas de custos preliminares das obras e serviços e das medidas administrativas e operacionais.
- Definição das medidas administrativas e operacionais, normas de trabalho e outros a serem

seguidos na fase de obras e na subsequente fase de operação rodoviária.

- Detalhamento dos serviços e obras específicos para este item, inclusive notas de serviço, desenhos e plantas.
- Quantificação e orçamento dos itens de serviço e também das medidas não construtivas.
- Elaboração de Especificações Complementares e Particulares.

II.19 - Projeto de Desapropriação

Deverá ser observado o disposto na IS-219 e ainda os requisitos a seguir, obedecendo ao roteiro ilustrativo a seguir:

- Levantamento cadastral da faixa de domínio e de áreas de empréstimos, contendo o conjunto de todas as propriedades, cujas plantas individuais serão apresentadas em escala variável em função de tamanho da propriedade (1:200 a 1:2.000). A metodologia a ser seguida deverá envolver a utilização do levantamento topográfico, e ainda o emprego de sistemas de posicionamento tipo GPS, usando preferencialmente DATUM SIRGAS 2000, digitalização e plotagem de plantas, complementados conforme necessário por levantamentos de campo específicos. Deverá ser apresentada planta geral de cadastro do imóvel, amarrada ao eixo de projeto e/ou à poligonal de apoio, representando os limites da propriedade e a área 'non- aedificandi' adjacente à rodovia.
- Pesquisas e obtenção de certidões e títulos de propriedades, com a respectiva transcrição no Registro de Imóveis, quando for necessário;
- Pesquisa de estimativa de valores do terreno e benfeitorias, em consonância às Normas do DNIT;
- Preparação de dossiê para cada propriedade e formação e constituição de processos administrativos para fins expropriatórios. Inclui-se aqui a revisão, atualização e complementação de processos já abertos e em andamento sobre o trecho objeto da presente licitação;
- Levantamento de ocupação ilegal na faixa de domínio, localizando-a e indicando: área ocupada, tipo de ocupação (residencial, comercial, outros), número de residentes (se familiar), histórico da ocupação, etc.
- O projeto de desapropriação deverá ser elaborado em duas etapas, atendendo às diretrizes supras citadas.

Inicialmente serão efetuadas as seguintes tarefas:

- Delimitação preliminar dos diversos imóveis atingidos e caracterização das benfeitorias com base no levantamento topográfico, em inspeção visual externa e no projeto geométrico disponível nesta etapa.
- Avaliação das possíveis situações de permuta e investidura.
- Elaboração de quadro de valores padrão para terrenos e benfeitorias.
- Atribuição de valores às propriedades e estimativa preliminar global do custo das desapropriações.

Posteriormente, com a determinação definitiva do traçado e demais necessidades para a execução das obras, serão efetuadas:

- Delimitação precisa dos imóveis atingidos com base nos levantamentos topográficos e no projeto geométrico definitivo e caracterização das benfeitorias mediante vistorias in loco ou consultas a moradores locais;
- Elaboração de Plano de Desapropriação condizente com as disposições constitucionais;
- Apresentação dos critérios de desapropriação;
- Pesquisa de valores para terrenos e benfeitorias consultando cartórios, corretores imobiliários e anúncios em jornais;
- Preparação das fichas cadastrais para cada imóvel;
- Estimativa de valor para cada imóvel e orçamento global das desapropriações;

II.20 - Orçamento Básico e Plano de Execução da Obra

Ao final dos estudos desenvolvidos nesta fase serão definidos os custos dos trabalhos para Construção de Rodovias Rurais adotando-se a metodologia preconizada na IS-220 ORÇAMENTO DA OBRA - FASE DE PROJETO BÁSICO e nas recomendações do SISTEMA DE CUSTOS RODOVIÁRIOS - SICRO 2018, do DNIT, considerando a data-base do último boletim emitido quando da data do lançamento do Edital.

O orçamento e plano de execução da obra deverão ser elaborados considerando a IS-220, IS- 222 e o MANUAL DE CUSTOS RODOVIÁRIOS do DNIT. Também deverá ser Observada a Instrução de Serviço DG/DNIT nº 15, de 20/12/2006, bem como todas as instruções de serviço do DNIT em vigência na data de elaboração do orçamento.

Deverá ser utilizado o Sistema de Custos Rodoviários – SICRO, do DNIT, ou outro que o suceda.

No caso de serviços em que não conste a respectiva composição de custo no SICRO poderão ser utilizadas composições existentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI

Deverão ser demonstrados através de memórias de cálculo os custos de mobilização de equipamentos e pessoal, bem como os custos de instalação de canteiros.

Não serão admitidos itens no orçamento expressos em forma de verba.

Deverão ser avaliados preliminarmente os custos de desapropriações e aquisições de faixa de domínio, já separados por propriedade.

Deverão ser elaborados orçamentos de âmbito restrito, para subsidiar a seleção de alternativas técnicas.

Com a definição das soluções técnicas de projeto, deverá ser elaborado um orçamento completo e preciso para todos os itens de serviço.

Todos os Preços Unitários deverão ser acompanhados das respectivas Composições de Custo Unitário.

As Composições de Custo Unitário deverão ser compatíveis com os quadros demonstrativo de consumo de materiais e resumo de distâncias de transporte, o esquema ilustrativo de localização de fontes de materiais, canteiro e instalações industriais e a relação do equipamento mínimo.

O Plano de Execução da Obra envolverá a elaboração de um cronograma físico e um diagrama caminho-tempo (crono-fluxograma) sucintos, abrangendo apenas as principais tarefas e cujo objetivo será o de sinalizar a sequência geral de execução dos serviços.

Integram o plano de execução da obra o programa de segurança de tráfego durante as obras e os projetos de recuperação de áreas afetadas pela execução das obras.

Serão também fornecidas as seguintes indicações adicionais relevantes aos licitantes das obras:

- Condições climáticas;
- Disponibilidade de energia elétrica;
- Localização prevista para o canteiro e instalações industriais;
- Interferência com o tráfego;
- Remanejamentos de serviços públicos;
- Restrições de caráter ambiental;
- Problemas de construção de aterros sobre terrenos compressíveis.

Conjuntamente serão consolidados os Documentos para Concorrência, consistindo nos elementos necessários para subsidiar a licitação, especialmente:

- Quadro de itens de serviço e quantidades;
- Relação do equipamento mínimo;
- Relação da equipe técnica;
- Quadros resumo de consumos de materiais nos serviços de pavimentação e drenagem, de distâncias de transporte e demonstrativos de quantidades;
- Especificações complementares e particulares (ênfatisando ensaios, qualidade dos materiais e outros aspectos objetivando o controle de qualidade, etc.).

III - FASE DE PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA

Com a aprovação das conclusões e recomendações da Fase de Projeto Básico, será iniciada a fase de projeto executivo com a finalidade de detalhar a solução selecionada, fornecendo-se plantas, desenhos e notas de serviço que permitam a construção da rodovia e respectivas OAEs.

Devem ser fornecidos os seguintes elementos:

- informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra;
- subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra;
- orçamento detalhado do custo global da obra, fundamentado em quantitativos de serviços, fornecimentos dos materiais e transportes propriamente avaliados;
- informações para a instrução dos processos desapropriatórios.
- Deve ser apresentada a equipe técnica responsável pela elaboração do Componente Ambiental do Projeto, indicando o nome, a área profissional e o número do registro no respectivo conselho de classe de cada membro da equipe.

As atividades a serem desenvolvidas nesta fase deverão atender ao disposto nas Instruções de Serviço:

Inst. de Serviço	Atividade
IS-205	Estudos Topográficos para Projetos Executivos de Engenharia para Construção de Rodovias Rurais
IS-206	Estudos Geotécnicos
IS-208	Projeto Geométrico
IS-209	Projeto de Terraplenagem
IS-210	Projeto de Drenagem
IS-211	Projeto de Pavimentos Flexíveis
IS-213	Projeto de Interseções, Retornos e Acessos
IS-214	Projeto de Obras-de-Arte Especiais
IS-215	Projeto de Sinalização
IS-216	Projeto de Paisagismo
IS-217	Projeto de Dispositivo de Proteção (Defensas e Barreiras)
IS-218	Projeto de Cercas
IS-219	Projeto de Desapropriação
IS-220	Orçamento da Obra
IS-222	Apresentação do Plano de Execução da Obra
IS-224	Projeto de Sinalização da Rodovia durante a Execução de Obras e Serviços

IS-225	Projeto de Pavimentos Rígidos
IS-227	Levantamento Aerofotogramétrico
IS-246	Componente Ambiental dos Projetos de Engenharia Rodoviária

COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DA CONSULTORIA TÉCNICA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS – ANEXO VI

A composição de custos dos serviços de consultoria técnica para elaboração dos projetos de obras de engenharia urbana e rodoviária está no ANEXO VI, considerando a produção rodoviária de 40,00 km e a produção de OAES de 50,00m.

IV - CORREÇÕES DE PROJETO

A projetista será responsável pelo projeto até a conclusão da obra ou até 05 (cinco) anos após a conclusão do projeto.

No caso de caracterização de falha de projeto, o projetista promoverá todas as alterações necessárias no projeto com ajustes de todos os documentos e considerando os serviços decorrentes disso já remunerados na ocasião do desenvolvimento do Projeto Executivo.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/FISCALIZAÇÃO:

O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos § 1º, do art.117, da Lei 14.133/2021.

As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com a Lei nº 14.133 de 2021.

Fiscal Titular: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Fiscal Suplente: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal da contratada, no que couber.

Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento; cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Contratante, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante.

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados da Lei nº 14.133, de 2021.

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os serviços demandados em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

Assegurar à CONTRATANTE:

O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

MEDIÇÃO E PAGAMENTO: O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, da data do recebimento da Nota Fiscal. Sendo que o fechamento será feito mensalmente. As notas fiscais deverão ser enviadas para o Fiscal do Contrato, com cópia para o setor financeiro da Contratante para que providenciadas as conferências e agendamento para o pagamento dos serviços prestados.

A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências cabíveis.

O setor competente, para proceder com o pagamento, deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- O prazo de validade;
- A data da emissão;
- Os dados do contrato e do órgão contratante;
- O período de prestação dos serviços;
- O valor a pagar; e
- Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber

SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Modalidade Licitatória: Pregão

Critério de Julgamento: Menor Valor Global

Modo de Disputa: Aberto

Na fase de lances, as propostas das licitantes deverão observar um intervalo mínimo de 1.000,00 (um mil reais) entre cada lance. Por exemplo: Se o lance vigente for de R\$ 21.549.831,60, o próximo lance terá de ser de, no máximo, R\$ 21.548.831,60, e assim, sucessivamente;

Serão aceitos percentuais com até 2 (duas) casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

Serão aceitas propostas com taxa de administração zero (nula) ou taxa de administração negativa.

Em caso de propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração Pública, o Pregoeiro exigirá a comprovação da exequibilidade da(s) proposta(s) da(s) licitante(s);

Neste procedimento licitatório, é indício de inexequibilidade as propostas com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado pela Administração Pública.

Serão consideradas inexequíveis aquelas propostas que não for demonstrada pela licitante que o valor ofertado é suficiente para a cobertura de todos os custos, despesas e ônus para a execução do contrato decorrente deste procedimento licitatório, ou aquelas que acarretem, de forma direta ou indiretamente, em onerosidade excessiva ao Contratante, considerando a taxa de administração proposta e a taxa cobrada da rede credenciada;

O pregoeiro se reserva o direito de solicitar a reelaboração da presente proposta sempre que a mesma apresentar erros formais e sanáveis.

Habilitação Jurídica:

- a) Digitalização do documento de identidade do(s) sócio(s) da empresa proponente;
- b) Digitalização do Ato de Constituição empresarial e demais alterações ou última Alteração Contratual Consolidada, devidamente registrado na Junta Comercial;
- c) Declaração que atende aos requisitos de habilitação;
- d) Declaração que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;
- d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal;
- f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- h) Declaração que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Trabalho do menor);

Requisitos Especiais de Habilitação: Tendo em vista que a presente contratação possui um valor econômico elevado, e os serviços exigidos são para fornecimento de material essencial para o funcionamento das atividades diárias deste ente público, e levando em conta o prejuízo para a administração pública a interrupção inoportuna da execução contratual, será exigida para esta contratação a apresentação da qualificação técnica operacional, bem como, qualificação econômico-financeira, nos seguintes modos:

Qualificação Técnica: A Licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado, em nome da empresa Licitante, em papel timbrado devidamente assinado e com identificação do emitente. O(s) atestado(s) deverá(ão):

- a) Comprovar que a licitante tenha executado ou esteja executando contrato(s) com valor de, no mínimo de 50% (cinquenta por cento), dos valores totais a serem contratados. Podendo ser somado atestados para dar o mínimo exigido.
- b) Referir-se a serviço prestado no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no Contrato Social vigente, registrado na Junta Comercial competente.
- c) Se emitido(s) por pessoa jurídica de direito público deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do Órgão, devidamente identificado (nome, cargo, CPF ou matrícula);
- d) No caso de emitido por empresa da iniciativa privada, não será considerado aquele emitido por empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. Nesse caso deverá

ser reconhecido firma e registrado em cartório, com apresentação do contrato de execução dos serviços.

Qualificação Econômico-Financeira:

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- b) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

ESTIMATIVA DO PREÇO: O custo estimado total da contratação é de R\$ 21.549.831,60, conforme custos constantes deste Termo de Referência.

O valor do contrato, além da remuneração da empresa contratada pelos serviços prestados durante a vigência contratual, engloba todos os custos, despesas, indenizações, transportes, diárias, tributos e demais ônus necessários para o cumprimento do objeto e execução dos serviços contratados, não cabendo à Contratada requerer qualquer outro tipo de reembolso, indenização ou restituição de valores, salvo aqueles valores fixos previstos contratualmente.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente TERMO DE REFERÊNCIA correrão à conta de (Recursos Próprios / Programa), alocados sob a classificação funcional conforme dotação orçamentária do exercício de 2026.

DO REAJUSTE

Os reajustes solicitados em até 10% (dez por cento) do valor inicialmente registrado não serão concedidos pela CONTRATANTE.

O reajuste será realizado por apostilamento.

O índice para a correção monetária anual é o acumulado do INPC/IBGE no período de doze meses, contados a partir da assinatura e/ou renovação do contrato.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

Falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

Ensejar o retardamento da execução do objeto;

Fraudar na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou Cometer fraude fiscal.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

Multa de:

- a) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- b) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- c) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- d) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

As sanções previstas nos itens a, c e d poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

As sanções previstas nos itens a, c e d poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2024.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

OS CASOS OMISSOS E O FORRO

As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais a Lei Federal nº 14.133/21.

As questões suscitadas que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro Cuiabá/MT com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, I, d, da Constituição Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As empresas licitantes devem submeter-se integralmente as exigências deste Termo de Referência.

Maiores informações poderão ser adquiridas através do e-mail licitacao@consorciovaladoriocuiaba.com.br

Cuiabá/MT, 17 de outubro de 2025.

ELABORADO POR:

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES
CONTRATOS E CONVÊNIOS

ANEXO II
MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Ao

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social Vale do Rio Cuiabá

REF: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº xxx/2025

TIPO: MENOR PREÇO

_____, (Nome da Empresa) CNPJ Nº. _____, sediada na
_____, nº _____, bairro, _____, CEP _____,
_____ (Município/Estado), por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao
solicitado no Edital da presente licitação, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- Cumpre, plenamente, os requisitos de habilitação exigidos no procedimento licitatório referenciado.
- Está ciente da obrigatoriedade de declarar a superveniência de fatos impeditivos da habilitação, na forma da Lei nº 14.133/2021;
- Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Lei nº 14.133/2021.
- O(s) representante(s) da empresa não possui (em) vínculo de parentesco, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau com dirigente do Poder Executivo Municipal ou de agentes públicos que desempenhe função na licitação ou gestão do contrato. (Art. 14, inciso IV da Lei nº 14.133/2021).
- Declarar que não se encontra sob falência, concurso de credores, concordata ou em processos de dissoluções ou liquidações.
- Declarar que não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, comprometendo-se ainda a informar a superveniência de decisório que a julgue inidônea, durante a tramitação do procedimento licitatório ou da execução do Contrato.
- Assume inteira responsabilidade pela perfeita execução/aquisição do objeto dessa licitação, que tem pleno conhecimento das condições estabelecidas, está de acordo com todas as cláusulas, itens e condições do presente Edital e seus anexos, e atende todas as normas aplicáveis ao objeto. Não podendo em qualquer hipótese, invocar circunstância alguma, como elemento eventualmente impeditivo do perfeito cumprimento das obrigações.
- Que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 atendimento à Lei 14.133/21, artigo 63, inciso IV;

Cidade/UF, [dia], [mês], [ano].

Assinatura do representante legal

RG: CPF/MF

CNPJ/MF da empresa

Ou

Assinatura digital.

ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ao

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social Vale do Rio Cuiabá

REF: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº xxx/2025

TIPO: MENOR PREÇO

DADOS DA EMPRESA			
Razão Social da Empresa:			
Nome Fantasia:			
CNPJ:		Inscrição Estadual:	
Endereço:		CEP:	Município:
Telefones:		E-mail:	
Banco:	Agência:		Conta Corrente:
Representante Legal:			
RG:		CPF:	

Prezado(s) Senhor(es):

Apresentamos ao pregoeiro e sua equipe de apoio, nossa proposta objetivando o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA E URBANA**, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência parte integrante do edital, e ainda conforme licitado pelo Pregão Eletrônico nº /2025, conforme descritos itens na Planilha Abaixo:

ITEM	CÓD. TCE-MT	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD E	VALOR ESTIMADO KM	VALOR ESTIMADO ANUAL
01	40646 1-5	SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA URBANA E RODOVIÁRIA	KM	330		

O VALOR GLOBAL ANUAL DA NOSSA PROPOSTA É DE XX.XXX.XXX,XX (VALOR POR EXTENSO).

Condições de Pagamento:

Prazo de Entrega:

Validade da Proposta:

Declaro para fins de participação no Pregão Eletrônico nº /2025, que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas, frete, transporte e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto do presente Pregão.



Local e Data

(Assinatura e Identificação do Licitante) C/ CARIMBO – CNPJ)

ANEXO IV - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá – MT, CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, situada à Rua xx /MT - CEP: xxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo XXX, nomeado(a) pela Portaria nº 0xx/XX, de 2025, doravante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente ARP - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, decorrente da licitação na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, sob o número xxx/2025, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA E URBANA, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência parte integrante do edital, e ainda conforme licitado pelo Pregão Eletrônico nº ____/2025**, processada nos termos do Processo Administrativo nº xxx/2025, o qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, à luz da permissão inserta no art. 40, II, 78, IV, e 82 a 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais legislações vigêntes, segundo as cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA TÉCNICA NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA E URBANA, especificado(s) no(s) item(ns) XXX do Termo de Referência, anexo XXX do edital de Licitação nº XXX/20XX, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição, cujas especificações, preço(s), marca(s)/modelo(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado.

2. ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

2.1. O ÓRGÃO GERENCIADOR da presente Ata de Registro de Preço - ARP será a Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá, já identificada no preâmbulo.

2.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do presente registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

3. REGISTROS FORMALIZADOS

3.1. A presente ARP estabelece as cláusulas e condições gerais para o REGISTRO DE PREÇOS

com vistas à contratação de XXX para atender às demandas da Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá - MT, cujas especificações, preço(s), marca(s)/modelo(s), quantitativo(s) e fornecedor(es) foram previamente definidos por meio do procedimento licitatório supracitado.

4. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

4.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

4.2. O fornecedor obriga-se ao cumprimento de todos os encargos estabelecidos na presente ARP, nos exatos termos do resultado obtido no procedimento licitatório, quanto ao preço, a quantidade e as especificações do objeto registrado, integrando e complementado a presente ARP os seguintes documentos, que são parte integrante da presente ARP, independente de transcrição, e que devem ser totalmente observados e cumpridos e:

- a) Termo de Referência contendo as especificações técnicas completas e todas as condições gerais de execução do objeto;
- b) Proposta(s) comercial(is) do(s) particular(es) cujo(s) preço(s) conta(m) registrado(s);
- c) Edital nº XXX/2025, referente ao Pregão nº XXX/2025.

5. VIGÊNCIA DA ARP

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

5.2. A prorrogação da vigência da ARP dependerá da concordância das partes e de comprovação da vantajosidade dos preços.

5.3. A prorrogação da vigência da ARP será registrada mediante termo de prorrogação pactuado pelas partes nos autos de gestão da ARP.

5.4. A prorrogação da vigência da ARP deverá ser publicada e divulgada nos meios oficiais de publicação e divulgação.

6. CONTRATAÇÕES FUTURAS

6.1. As contratações decorrentes da presente ARP poderão ser realizadas diretamente pelo órgão gerenciador, ou por cada um dos participantes (se houver), observados os quantitativos respectivamente previstos para cada procedimento de licitação, e as demais exigências e formalidades previstas na legislação e na jurisprudência do TCU.

6.2. Poderá haver, a critério do órgão gerenciador, e desde que haja expressa concordância dos interessados envolvidos, REMANEJAMENTO DE QUANTITATIVOS previstos na ARP entre os ÓRGÃOS PARTICIPANTES, ou entre este(s) e o ÓRGÃO GERENCIADOR, o qual será formalizado nos autos de

gestão da ARP por despacho da autoridade competente e publicado.

6.3. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, as contratações futuras deverão ser realizadas, em regra, de forma proporcional para todos os itens de cada grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.4. A contratação decorrente deverá observar as condições fixadas no Edital de Licitação referente ao Pregão nº XXX/2025 e seus anexos.

7. VÍNCULOS DA ARP

7.1. A existência desta ARP não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

7.2. O titular do registro de preços vincula-se integralmente, durante a vigência da ARP, ao cumprimento das obrigações contidas na ARP, bem como à formalização das contratações dela decorrentes, salvo cancelamento ou rescisão do registro, sob pena de sofrer as sanções administrativas previstas Edital de Licitação do Pregão nº XXX/2025.

8. ADESÃO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA NÃO PARTICIPANTE

8.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública poderá solicitar a utilização da presente ARP (POR ADESÃO), durante sua vigência, independentemente da participação ou não na licitação sobredita, mediante anuências do órgão gerenciador e do particular titular do registro, nos termos previstos no art. 86, §§ 2º a 5º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que observadas as disposições abaixo:

- a) O órgão ou entidade pública interessado na adesão deverá consultar prévia e diretamente o fornecedor titular da ARP, visando obter a concordância formal com a contratação pretendida.
- b) É faculdade do fornecedor titular da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, a aceitação ou não da contratação decorrente de adesão, independentemente de qualquer justificativa formal.
- c) Cabe ao órgão ou entidade aderente encaminhar ao GERENCIADOR a concordância do fornecedor.
- d) Proceder à consulta formal ao GERENCIADOR, por meio de ofício ou outro expediente competente, encaminhado para o e-mail institucional licitacao@consorciovaledoriocuiaba.com.br, no qual deverá constar o objeto que interessa contratar, o respectivo quantitativo pretendido e a concordância do fornecedor para fins de análise e manifestação sobre a possibilidade de adesão.

8.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, que poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

8.3. O GERENCIADOR poderá recusar a adesão requerida, quer em face do fato de haver a possibilidade de prejuízo ao atendimento de suas próprias contratações ou de participante da ARP, quer por não cumprimento de um dos requisitos fixados nesta ARP, sempre por intermédio de despacho fundamentado.

8.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata, sendo que esse prazo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9. LIMITES PARA ADESÕES

9.1. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

9.3. No caso de ITEM(NS)/GRUPO(S) com participação EXCLUSIVA À MEI'S, ME'S E EPP'S na licitação, o total das contratações decorrente da presente ARP (inclusive por adesões) não poderão totalizar mais que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme jurisprudência do TCU.

9.4. Em caso de licitação com critério de julgamento por GRUPO DE ITENS, a contratação por adesão será realizada, em regra, de forma proporcional para todos os itens do grupo, salvo justificativa técnica e desde que o valor registrado seja igual ou inferior aos preços contidos nas propostas dos demais licitantes e compatíveis com os preços de mercado, nos termos contidos no art. 82, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.5. Autorizada a utilização da ARP pelo Órgão Gerenciador, o órgão ou entidade pública não participante (aderente) apenas poderá realizar a contratação autorizada, caso estejam presentes os seguintes requisitos temporais conjuntamente:

- a) Em até 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento da autorização, em razão da caducidade do ato, podendo o prazo ser prorrogado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, desde que solicitado pelo interessado e ainda vigente a ARP; e,
- b) Apenas durante a vigência da presente ARP.

10. COMUNICAÇÃO AO GERENCIADOR

10.1. Quando da realização efetiva da respectiva contratação por adesão, deverá o órgão ou entidade aderente informar ao GERENCIADOR, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da contratação, a contratação para fins de registro definitivo.

11. VEDAÇÃO A ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS

11.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

12. CONTRATAÇÃO DECORRENTE DA ARP

12.1. A contratação com o(s) fornecedor(es) registrado(s) na ARP deverá ser formalizada no prazo de validade da Ata e será formalizada por intermédio da emissão de nota de empenho de despesa, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não havendo a formalização de Instrumento de Contrato.

12.2. Na formalização da contratação deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

12.3. As contratações decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alteradas, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

13. ATRIBUIÇÕES DO GERENCIADOR DA ARP

13.1. O GERENCIADOR promoverá o gerenciamento permanente e formal da presente ARP, inclusive com registro em processo administrativo de gestão de todas as contratações dela decorrentes, como também de todos os demais atos inerentes aos procedimentos de gestão.

13.2. Cabe ao setor ou servidor designado do ÓRGÃO GERENCIADOR, conforme regulamento operacional interno, as atribuições inerentes ao gerenciamento da presente ARP, particularmente quanto a(ao):

- a) Providenciar a elaboração e publicação da presente ARP;
- b) Encaminhar ao(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes a presente ARP, como também suas eventuais e posteriores alterações, devidamente assinadas e publicadas;
- c) Controlar, de forma permanente, a utilização da ARP para fins de contratações, durante toda sua vigência;
- d) Receber, analisar, controlar e pronunciar-se quanto à(s) solicitação(ões) de contratação interna do ÓRGÃO GERENCIADOR com base na presente ARP, ou em relação à(s) solicitação(ões) de ADESÃO(ÕES) realizada(s) por órgão ou entidade não participante desta ARP, inclusive indicando providência(s) complementar(es) necessária(s) ou até recomendando o indeferimento fundamentado, observada a legislação vigente e a jurisprudência do TCU;
- e) Emitir e encaminhar ofício formalizando a autorização para utilização da ARP por órgão ou

entidade aderente, inclusive com a indicação do nome do fornecedor, quantitativos autorizados, valores unitários e totais, prazo de validade da autorização e demais condições de adesão;

- f) Conduzir eventuais procedimentos de alterações dos preços registrados para fins de adequação às novas condições de mercado, observada a legislação vigente e jurisprudência do TCU;
- g) Propor, conduzir e pronunciar-se nos procedimentos de eventuais reajustes e revisões de preços, como também de cancelamentos e rescisões de registro contidos na presente ARP, bem como realizar, nesses casos, a publicação das novas condições da ARP e comunicação aos órgãos e às entidades participantes;
- h) Propor aplicação, garantida a ampla defesa e o contraditório, de sanções decorrentes do descumprimento das obrigações assumidas na ARP, ou até em relação ao descumprimento das obrigações contratuais, unicamente referentes às contratações realizadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- i) Receber e registrar as contratações efetivamente realizadas pelos órgãos ou entidades aderentes, bem como eventuais sanções por estes aplicadas ao(s) particular(es) contratado(s) por descumprimento das obrigações assumidas na presente ARP;
- j) Instruir os autos de gestão da presente ARP.

14. ATRIBUIÇÕES DO PARTICIPANTE

14.1. Ao órgão ou entidade PARTICIPANTE compete:

- a) Tomar conhecimento da ARP, incluindo eventuais alterações, cancelamentos e revogações, a fim de utilizá-la de forma correta;
- b) Verificar a conformidade das condições registradas na ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR eventuais desvantagens verificadas para fins de renegociação ou cancelamento;
- c) Observar e controlar o quantitativo máximo dos itens registrados em seu interesse, evitando contratações acima do limite permitido, bem como a utilização de itens diversos daqueles para os quais solicitou participação no certame;
- d) Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na ARP, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular;
- e) Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

15. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

15.1. O FORNECEDOR cujo preço conste registrado na presente ARP obriga-se a:

- a) Retirar a respectiva nota de empenho no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
- b) Indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a concordância ou não em relação à(s) solicitação(ões) de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;
- c) Observar rigorosamente todos as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;
- d) Respeitar as demais condições e obrigações contidas nesta ARP e no Edital e Anexo do Pregão nº XXX/2025, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- e) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;
- f) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- g) Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;
- h) Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos contratantes e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na ARP;
- i) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- j) Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação.

16. CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES

16.1. Conforme consta no ANEXO A, também fica FORMALIZADO, conjuntamente com a presente ARP, CADASTRO RESERVA de licitante(es) interessado(s) em eventualmente assumir a titularidade do registro de preços, havendo CANCELAMENTO da ARP e segundo a ordem de classificação final no certame, POR GRUPO DO OBJETO, nos termos fixados no art. 82, VII, e § 5º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

16.2. A formação de CADASTRO RESERVA vincula o(s) licitante(s) ao(s) preço(s) da proposta do titular, obrigando-se a assumir a titularidade em caso de cancelamento do registro do titular, observada a ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO.

16.3. A alteração da titularidade do registro dependerá da comprovação das condições de participação do particular registrado no cadastro reserva, da avaliação da qualidade do objeto indicado na sua proposta e do cumprimento das condições de habilitação, nos termos fixados no edital do certame.

16.4. Caberá ao agente de contratação responsável pelo julgamento do certame para seleção do titular da presente ARP realizar o procedimento de análise dos critérios indicados no item anterior.

16.5. Havendo alteração da titularidade do registro com base no CADASTRO RESERVA, deverá a ARP ser republicada para fins de eficácia.

17. PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

17.1. A formalização da ARP, como também suas possíveis alterações, prorrogações, cancelamento e rescisões, serão publicados e divulgados no PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como, em forma de extrato, no Diário Oficial.

17.2. Todas as informações do presente registro de preço serão também disponibilizadas, durante sua vigência, no site do ÓRGÃO GERENCIADOR na Internet (<https://www.consorciovaledoriocuiaba.com.br/>), inclusive com a íntegra da ARP e alterações posteriores.

18. ALTERAÇÕES DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1. Salvo negociação entre o órgão gerenciador e o(s) fornecedor(es), os preços registrados serão REAJUSTADOS automaticamente, para mais ou para menos, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que venha a sucedê-lo, desde que decorridos 12 (doze) meses, contados da assinatura da ARP, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PR = PI \times IR$$

Onde:

PR = Preço reajustado

PI = Preço inicial da Ata de Registro de Preços

IR = Índice de reajuste

18.2. Na hipótese de reajuste, a contratada será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste previsto antes da formalização da prorrogação, cabendo à Administração decidir sobre o interesse na prorrogação em caso de reajuste.

18.3. A qualquer tempo, o preço registrado poderá sofrer REVISÃO em decorrência de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro ocorrida no mercado, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da contratação tal como pactuado, deverá ser formulado durante a vigência da presente Ata e antes de eventual prorrogação.

18.4. Do mesmo modo, à Administração pode solicitar a REVISÃO dos preços registrados em caso de desequilíbrio econômico-financeiro em seu desfavor.

18.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.6. Caberá a parte prejudicada a demonstração do impacto efetivo nos custos em decorrência da álea econômica extraordinária havida no mercado, não cabendo revisão de preços em casos de variação inflacionária ordinária, observando-se as regras previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e nos seguintes casos:

- a) ausência de comprovação da elevação dos encargos do particular;
- b) ocorrência de evento antes da formulação das propostas;
- c) ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do fornecedor;
- d) culpa do fornecedor pela majoração dos seus encargos (o que inclui a previsibilidade da ocorrência do evento).

18.7. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ARP, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável, mantendo-se hígidas e vigentes as contratações já formalizadas ou solicitadas, bem como os demais itens/grupos não afetados pelo requerido desequilíbrio de preços de mercado.

18.8. Em caso do CANCELAMENTO, e havendo CADASTRO RESERVA para o respectivo ITEM/GRUPO, o órgão gerenciador convocará o(s) fornecedor(es) do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceita(m) manter seu(s) preço(s) registrado(s).

- 18.9. Toda alteração da presente ARP será publicada e divulgada, nos termos fixados no item 11 desta

ARP.

19. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ARP

19.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

19.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

19.3. O órgão gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

19.4. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

19.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

20. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

20.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado;
- d) Sofrer sanção prevista no inciso III do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicada por qualquer órgão da União Federal (art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021); ou
- e) Sofrer sanção prevista no inciso IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, no caso de declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública.

20.2. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir

pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

20.3. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

20.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

20.5. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTIDAS NA ARP

21.1. As empresas com preços registrados nesta ARP e signatárias dos respectivos contratos estarão sujeitas às sanções administrativas previstas no item XXX do Edital de Licitação do Pregão nº XXX/2025, sem prejuízo de outras previstas em legislação pertinente e da responsabilidade civil e criminal que seus atos ensejarem.

21.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

21.3. Cabe a cada órgão ou entidade participante ou aderente a realização de procedimento para fins de apuração de responsabilidade e aplicação de sanções administrativas nos casos de inadimplemento em suas próprias contratações, comunicando ao gerenciador para fins de registro quaisquer sanções aplicadas.

21.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências passível de cancelamento do registro do fornecedor.

22. CANCELAMENTO E RESCISÃO DA ARP

22.1. O registro de preços poderá ser CANCELADO/REVOGADO, por ITEM/GRUPO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:

- a) Não houve acordo entre as partes para pactuação/negociação de novo preço nos casos de comprovado desequilíbrio econômico-financeiro em relação ao mercado, conforme regras previstas no item 12 desta ARP, na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

- b) Por iniciativa do próprio titular do registro, desde que apresente solicitação formal, bem como haja comprovação de situação que impossibilite o cumprimento das exigências insertas nesta ARP, tendo em vista fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.
- c) Presentes razões de conveniência e oportunidade ao interesse público, devidamente justificadas.

22.2. O registro de preços poderá ser RESCINDIDO, por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, observada a gravidade da conduta e os reflexos em relação ao interesse público, quando o titular do registro:

- a) Não executar de forma total ou parcial qualificada as obrigações presentes nesta ARP;
- b) Recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pelo órgão ou entidade Contratante;
- c) Der causa à rescisão administrativa de dois ou mais contratos firmados com base neste ARP;
- d) Não manter as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação, salvo irregularidade temporária e sanável em até 30 (trinta) dias corridos; ou
- e) Sofrer sanção prevista no art. 156, III ou IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou no art. 87, III ou IV, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 2002.

22.3. O cancelamento/revogação do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado da autoridade competente do ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante registro em termo de cancelamento/revogação assinado pelas partes interessadas.

22.4. Havendo cancelamento/revogação do registro, não caberá a aplicação de qualquer espécie de sanção administrativa ao titular do registro.

22.5. O cancelamento/revogação do registro na hipótese do fornecedor recusar-se a retirar e assinar a nota de empenho ou instrumento contratual no prazo estabelecido, não poderá ser aceita em prejuízo ao interesse público.

22.6. A rescisão do registro de preços será determinada em decisão unilateral e fundamentada do ÓRGÃO GERENCIADOR, garantido o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo.

22.7. A rescisão do registro de preços poderá ensejar a abertura de procedimento de apuração da responsabilidade e aplicação de sanções administrativas em face do titular do registro.

23. DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1. Os casos omissos desta ARP serão resolvidos de acordo com a legislação vigente, particularmente com a Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Cuiabá - MT, em XXX, de XXX de XXX.

Assinatura de Representante do Consórcio

Assinatura de Representante do Fornecedor

ANEXO V - DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº XXXXXXXXXX, sediada XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal o XXX.

Declaro que optamos pela não realização de vistoria, assumindo inteiramente a responsabilidade ou consequências por essa omissão, mantendo as garantias que vincularem nossa proposta ao presente processo licitatório, em nome da empresa que represento.

Cuiabá/MT, xx de xxxxxxx de 2025.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO

Processo Administrativo nº XXXXXXXX/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXX/XXXXXX, QUE FAZEM
ENTRE SI O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO VALE DO RIO
CUIABÁ – MT, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá – MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Rua Professor João Félix, 1024, quadra 05, lote 60, Bairro Lixeira, Cuiabá, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 07.950.742/0001-27, representado neste ato representado por seu diretor executivo, Sr. Antenor de Figueiredo Neto, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 03379760 SJ-MT e inscrito no CPF/MF nº. 283.930.901-72, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXX, sediado Avenida XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, na cidade de XXXXXXXX/XX, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por XXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº XXX/XXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na execução de serviços voltados à melhoria estrutural de vias rurais, localizadas nas áreas jurisdicionais dos municípios pertencentes à região do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.2.1. O presente contrato tem por objeto XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.2 O Termo de Referência;

1.2.3 O Edital da Licitação;

1.2.4 Ata de Registro de Preços nº XXXXX/XXXXX;

1.2.5 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de contratação por tarefa.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados do dia 10 de junho de 2025 a 10 de junho 2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **XXXXXXXXXXXX**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a

execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

8.1.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 9.35. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 9.36. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos seguintes locais Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, Prefeitura Municipal de Nobres, Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento,

Prefeitura Municipal de Planalto da Serra, Prefeitura Municipal de Poconé, Prefeitura Municipal de Rosário Oeste e Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger

9.37. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o CONTRATADO tiver unidade de prestação de serviços nos locais mencionados nos itens 9.36., do local demandado.

9.38. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;

9.39. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

9.40. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

9.41. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

9.42. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

9.43. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

9.44. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

9.45. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

9.46. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

9.47. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

9.48. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

9.49. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

9.49.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.49.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

9.49.3. florestas plantadas; e

9.49.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.50. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

9.50.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

9.50.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

9.50.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.50.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.51. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

9.51.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.51.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.51.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.51.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.51.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.51.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.51.3. Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.51.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.52. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.52.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n° 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.52.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n° 01, de 1990, e legislação correlata.

9.53. Nos termos do artigo 4°, § 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.54. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.55. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.56. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e

municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da SINRA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Unidade Orçamentária: 25101
- II) Programa: 338;
- III) Programa Atividade: 3053;
- IV) Regionalização: 9900; e
- V) Natureza de despesa: 33.72.00 e
- VI) Fonte: 17590137;

15.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá – MT deste exercício (contrapartida), na dotação abaixo discriminada:

- I) Projeto atividade 2024 - Manutenção de rodovias não pavimentada;

- II) Dotação estadual 4.4.90
- III) Fonte de recursos 1.1.701 –
- IV) Recurso próprio 4.4.90. 1.1.880

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça de Mato Grosso em Cuiabá, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Cuiabá, xxx de xxxxx de 2026.

Antenor de Figueiredo Neto
Diretor Executivo
Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Rio Cuiabá – MT
Representante legal do CONTRATANTE

Empresa
Representante:
CPF:
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Assinatura: _____